

GERALDO MAGELA



O presidente do Senado, Garibaldi Alves (E), dirige reunião de líderes partidários: ele conta com apoio de todos os senadores para que 2008 seja diferente

Garibaldi quer mais sintonia do Senado com a sociedade

Em sua primeira entrevista coletiva, presidente do Senado promete aproximar mais a Casa da vontade popular. O Congresso entra em recesso e retorna em 6 de fevereiro. Nesta edição, um balanço com os principais fatos de 2007.

PÁGINAS 2 E 3

Comissões acumulam centenas de projetos

PÁGINA 5

cidadania

Na 200ª edição, dicas para iniciar 2008 com o pé direito

Veja no Especial Cidadania uma lista de sugestões para quem quer colocar em prática projetos típicos de Ano-Novo, como parar de fumar, emagrecer e economizar. As dicas foram baseadas nos mais de quatro anos de existência da seção.

PÁGINA 16

e mais...

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17

Devido a problemas técnicos, a edição do *Jornal do Senado* nº 2.731/157 deixou de chegar a cerca de 4 mil assinantes. Informamos aos leitores que a situação já está normalizada.



CÉLIO AZEVEDO

Cinco projetos de Alvaro Dias alteram composição do Senado, da Câmara e das assembleias

Alvaro Dias propõe redução do número de parlamentares

Para senador do PSDB paranaense, Congresso seria mais ágil com 54 senadores (27 a menos) e 405 deputados federais (108 a menos). A mudança também atingiria os deputados estaduais.

PÁGINA 12

DataSenado: eleitor aprova fim da CPMF

Entrevistados concordam com decisão do Senado que provocou o adiamento para fevereiro da votação do Orçamento 2008.

PÁGINA 6

Aprovadas regras para telemarketing

Projeto aprovado pela CCT cria lista de quem não deseja receber ligações desse tipo e estabelece punições em casos de abuso.

PÁGINA 10

Senado reconduz diretor da Anvisa

PÁGINA 9

BALANÇO 2007 Senado encerra o ano legislativo e entra em recesso. O retorno ao trabalho será no dia 6 de fevereiro



A prorrogação da CPMF, que acabou rejeitada, foi um dos temas que mobilizaram o Senado em 2007

Missão cumprida em favor da democracia

Definido por Winston Churchill como “a pior forma de governo, excetuando-se todas as outras”, o regime democrático mais uma vez mostrou em 2007, no Senado, a sua razão de existir enfrentando e superando crises, buscando soluções, admitindo erros, construindo consensos ou, quando foi o caso, decidindo o que é melhor para o país na força do voto da maioria. Reafirmou a crença do ex-deputado Ulysses Guimarães, timoneiro da Constituinte de 1988, para quem “a grande força da democracia é confessar-se falível de imperfeição e impureza”.

Se o Parlamento deve sempre ser “um espaço onde nem os interesses ou preconceitos particulares devem prevalecer, mas o bem comum, resultante do consenso entre todos”, como já

definiu Edmund Burke, filósofo e político britânico do século 17, o Senado procurou cumprir o seu papel na democracia brasileira: elaborar leis, fiscalizar o governo, defender os interesses da sociedade.

Entre o impacto do apagão aéreo, as denúncias contra o ex-presidente Renan Calheiros e a derrota do governo na prorrogação da CPMF – já em meados de dezembro –, o Senado atendeu a demandas da sociedade e aprovou novas regras contra a infidelidade partidária, a violência urbana, a morosidade da Justiça, a burocracia nos negócios.

Neste ano, os senadores ajudaram a assegurar mais recursos para a educação, abraçaram a luta contra o aquecimento global, consolidaram a integração política do Mercosul e criaram meca-

nismos para que o país possa ter um orçamento menos exposto a desvios. No Plenário e nas comissões, em decisões terminativas, foram mais de 200 projetos aprovados, entre eles a proposta de emenda constitucional contra o troca-troca partidário.

Se o Senado não fez mais, se o debate sobre alguns temas não pôde ir mais adiante, parte da culpa é atribuída por vários senadores ao desequilíbrio que hoje persiste nas relações entre os Poderes no regime político brasileiro. Afinal, entre fevereiro e novembro, o Plenário teve que apreciar quase 70 medidas provisórias editadas pelo Executivo. Nesta e na próxima página, o Jornal do Senado oferece aos leitores um resumo do que de mais importante aconteceu no Senado em 2007.

“Não podemos abrir mão de nossa pauta”

Por estar no cargo há apenas alguns dias, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, preferiu enfatizar, em entrevista coletiva na última quinta-feira, suas expectativas em relação a 2008, em vez de fazer um balanço das atividades do Senado em 2007. Neste ano, a instituição viveu uma “crise sem precedentes”, disse, mas com o apoio dos líderes e de todos os senadores, ressaltou, 2008 será diferente. Entre as medidas para o ano que vem, Garibaldi citou a atualização do Regimento Interno e uma solução para os vetos presidenciais sem deliberação e para a monopolização da pauta por medidas provisórias.

– O Congresso tem suas prioridades, e o governo tem outras.

Não podemos deixar as nossas para trás. Não podemos abrir mão de nossa pauta – afirmou.

Garibaldi reafirmou a intenção de levar adiante a promessa do senador Tião Viana (PT-AC), que, durante o período em que ocupou interinamente a Presidência do Senado, comprometeu-se a divulgar na internet os gastos com a verba indenizatória dos gabinetes dos senadores. Quanto a medidas contra o nepotismo na Casa, declarou que “sozinho não posso garantir nada. Não vou virar justiceiro no Senado. Tenho que ser realista para não perder condições de apoio. O Senado somos nós”.

O senador destacou as iniciativas da instituição no combate ao crime organizado e na área social. E afirmou que, da forma como foram conduzidas

as negociações, a votação da prorrogação da CPMF foi uma “derrota anunciada”.

– O Senado acertou porque esteve em sintonia com a população. Já o governo, além de ter perdido a batalha da articulação política, perdeu a batalha da comunicação – observou, reafirmando sua posição favorável à prorrogação do tributo.

Sobre a transposição do rio São Francisco, Garibaldi avaliou que a greve de fome que o bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, manteve até quinta-feira foi uma “radicalização muito grande”.

– Na região que vai receber água, moram 2 milhões de pessoas. Pode até ter água, mas é água poluída. É um projeto altamente válido do ponto de vista social e ambiental – destacou.

Investimentos do PAC mobilizam parlamentares

Anunciado como o mais ambicioso projeto do segundo mandato do presidente Lula, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro, chegou ao Congresso no mês seguinte. Em sua formatação original, o PAC prevê investimentos superiores a R\$ 500 bilhões até 2010 em infraestrutura, saneamento, transportes e habitação popular.

As primeiras medidas foram aprovadas pelo Senado em maio, como a que modificou a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 para reduzir a meta de superávit primário e, assim, permitir a

ampliação dos gastos em investimentos.

Uma das medidas mais controversas era a que criava um fundo de investimentos com capital de R\$ 5 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Incentivos fiscais para produção de equipamentos de TV digital também foram aprovados.

Na busca por regras jurídicas que assegurem o crescimento sustentado, a Subcomissão Temporária dos Marcos Regulatórios sugeriu medidas nas áreas de energia, telecomunicações, transporte e produção de petróleo, entre outras.



Investimentos em habitação popular estão previstos em projetos do Programa de Aceleração do Crescimento votados na Casa

Fundeb foi modificado pelos senadores

Foram dois anos entre a chegada ao Congresso da proposta de emenda à Constituição que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a sanção presidencial da lei que o regulamentou, em junho de 2007. As normas do fundo para custear a educação receberam importantes alterações no Senado.

Com previsão de aportes de R\$ 45 bilhões já em 2007, o Fundeb atendeu a 47 milhões de alunos em creches e escolas de educa-

ção infantil, fundamental e média, além da educação especial e de alfabetização para adultos. Além de estados e municípios, a União também contribuirá com o Fundeb: R\$ 2 bilhões em 2007, R\$ 3 bilhões em 2008, R\$ 4,5 bilhões em 2009 e, em 2010, o mínimo de 10% do que estados e municípios contribuírem.

Em 2007, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto também discutiu o Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado como o “PAC da Educação”.



O Fundeb recebe recursos da União, dos estados e dos municípios para garantir educação para 47 milhões de alunos

Mais dinheiro para saúde e mais tempo à maternidade

Já aprovado pela Câmara dos Deputados, chegou ao Senado em novembro o projeto de lei complementar que regulamenta a Emenda 29 e fixa um valor mínimo de investimentos na área de saúde por parte do governo federal, dos estados e dos municípios. Autor de projeto com o mesmo objetivo, apresentado em 2002, o senador Tião Viana (PT-AC) abriu mão da autoria em prol dos benefícios imediatos para o setor, que podem

ser de R\$ 24 bilhões nos próximos quatro anos.

Outro projeto importante aprovado é o que dá incentivos fiscais para as empresas que concederem às suas empregadas uma licença-maternidade de seis meses. A autora, Patrícia Saboya (PDT-CE), torce agora para que a Câmara aprove rapidamente a medida, que assegura mais dois meses para o aleitamento materno, para o bem da saúde dos bebês.



Lançada na semana passada, a *Revista Senado 2007* traz os temas que mobilizaram os parlamentares neste ano. Matérias como as que tratam da fidelidade partidária e do extenso relatório da Subcomissão dos Marcos Regulatórios, ambas da repórter Raissa Abreu, mostram que o Senado cuidou de temas importantes para a democracia e o desenvolvimento. Sem esquecer de assuntos como a crise que afastou da Presidência da Casa o senador Renan Calheiros, a eleição de Garibaldi Alves, a recém-extinta CPMF, o pacote contra a violência e os investimentos em infraestrutura, educação e saúde. A revista foi preparada pelas equipes do *Jornal do Senado* e da Agência Senado.

BALANÇO 2007 Entre os acontecimentos marcantes, o caso Renan, a morte de ACM, a crise aérea e as respostas a Chávez



Antes da votação do segundo processo pelo Plenário, Renan renunciou à Presidência e assegurou, assim, os votos necessários para derrubar o parecer favorável

Crise provoca mudanças no Senado

Em 2007, o Senado encontrou nos riscos representados por uma crise política a oportunidade para rediscutir a ética e o decoro parlamentares. A turbulência produzida pelos sucessivos processos contra o ex-presidente Renan Calheiros (PMDB-AL), que renunciou ao cargo em novembro e sobreviveu a dois pedidos de cassação em Plenário, rendeu medidas que tornam mais transparentes as relações da Casa com a sociedade.

A primeira é o fim das sessões secretas nos processos por quebra de decoro parlamentar. O Senado aprovou projeto de resolução que

tornou públicas essas sessões, como no segundo julgamento de Renan, no início de dezembro. Apesar de muito criticado, o voto secreto nos processos de cassação só poderá ser extinto por meio de emenda à Constituição. E três propostas já tramitam.

Antes da votação do segundo processo pelo Plenário, Renan Calheiros renunciou à Presidência e assegurou, assim, os votos necessários para derrubar o parecer favorável à cassação, aprovado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Caso fosse cassado, perderia seus direitos políticos e ficaria inelegível por oito anos.

Risco que Joaquim Roriz não quis correr: em julho, renunciou ao mandato exercido por menos de seis meses. Foi vencido por denúncias de desvio de recursos públicos.

Interino na Presidência durante as licenças de Renan Calheiros, o senador Tião Viana (PT-AC) e a Mesa diretora tomaram medidas de transparência. Serão divulgadas pela internet as prestações de contas das verbas indenizatórias de R\$ 15 mil mensais de cada senador. Outra decisão foi tornar públicas as ausências dos senadores, seja por pedidos de licença ou qualquer outro motivo.

Fidelidade partidária envolve Judiciário

A discussão em torno da fidelidade partidária foi uma das grandes polêmicas de 2007 e envolveu tanto o Legislativo quanto o Judiciário. O estopim foi uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em março, determinando que os mandatos proporcionais (deputados federais e estaduais e vereadores) pertencem aos partidos, e não aos candidatos. A medida poderia representar a cassação de centenas de mandatos.

O Senado, que nos últimos

anos tem discutido e votado medidas para a reforma política, aprovou em outubro proposta de emenda à Constituição do senador Marco Maciel (DEM-PE) que assegura aos partidos a titularidade de todos os mandatos parlamentares (proporcionais e majoritários), além dos mandatos eletivos do Poder Executivo (presidente, governadores, prefeitos e seus respectivos vices). A proposta foi enviada para análise dos deputados federais.

A PEC prevê que perderão os

mandatos os políticos que trocarem de legenda. Estariam excluídos da regra geral os casos de extinção, incorporação ou fusão. A Justiça, por meio de sentença do Supremo Tribunal Federal (STF), já havia confirmado o entendimento do TSE e ampliado o princípio da fidelidade para os mandatos majoritários, caso específico dos senadores. Porém, livrou da possibilidade de cassação os que fizeram a mudança de agremiação antes das decisões judiciais.

Justiça mais ágil e luta contra o crime

Um crime bárbaro praticado no Rio de Janeiro – a morte do menino João Hélio, arrastado pelo cinto de segurança de um carro dirigido por bandidos – mobilizou as lideranças políticas do Senado em torno da adoção de novas medidas para melhorar a segurança dos cidadãos. Até dezembro, 33 propostas relacionadas ao tema haviam sido aprovadas, que se somaram ao chamado pacote antiviolência que a Casa aprovou em 2006. O

então senador Antonio Carlos Magalhães (1927-2007), que era presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acelerou as votações.

Destacam-se no pacote restrições à progressão penal nos crimes hediondos, penas mais rigorosas contra o uso de celular em presídios, a criação de um Fundo de Combate à Violência, o monitoramento eletrônico de presos em liberdade condicional e a proibição do contingencia-

mento de recursos orçamentários para a segurança pública.

Uma das mais controversas medidas, a redução da maioria penal de 18 para 16 anos foi aprovada por estreita margem na CCJ (12 a 10), o que deixa dúvidas sobre sua aprovação em Plenário – por se tratar de proposta de emenda constitucional, depende de três quintos dos votos. A proposta, aliás, reduz a maioria apenas para os casos de crimes hediondos.

Senado se despede de Antonio Carlos

Perto de completar 80 anos, o senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) morreu em 20 de julho e a sua biografia de governador, ministro e parlamentar foi destacada por políticos de todos os partidos. Ex-presidente do Senado, idealizador do Fundo de Combate à Pobreza e defensor da adoção do orçamento impositivo, ACM dedicou os últimos meses a construir, como



CÉLIO AZEVEDO

presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um pacote de projetos antiviolência e pela modernização do Judiciário brasileiro.

O Mercosul e Hugo Chávez

A instalação, em maio, do Parlamento do Mercosul – composto por 81 deputados e senadores dos cinco países-membros – foi saudada como um marco na integração política continental, apesar de a polêmica em torno da adesão da Venezuela, por conta de seu presidente, Hugo Chávez, dividir os parlamen-

tares. Chávez, aliás, fez declarações depreciativas sobre o Senado brasileiro, que criticara o regime venezuelano pelas ameaças à liberdade de imprensa.

A derrota de Chávez no referendo que lhe daria superpoderes foi comemorada por senadores como o ex-presidente da República José Sarney (PMDB-AP).



VALTER CAMPANATO/ABR

A CPI do Apagão Aéreo funcionou de maio a outubro e produziu um relatório que sugeriu várias medidas para pôr fim à crise que tomou conta do setor desde o acidente com um Boeing da Gol, em setembro de 2006. E pediu o indiciamento de 14 pessoas, por corrupção.

O relator Demostenes Torres

(DEM-GO) queria citar mais nove pessoas como responsáveis pelo caos ou envolvidas em irregularidades na Infraero, porém o relatório aprovado, do senador João Pedro (PT-AM), suprimiu da lista o ex-presidente da empresa, Carlos Wilson, e Denise Abreu, ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).



MÁRCIA GOUTHIER/ANS

Boas notícias foram dadas aos micro e pequenos empreendedores. Uma delas foi a aprovação do projeto que cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), que

permitirá que empresas sejam criadas em cerca de 15 dias.

Também foi aprovado ajuste na Lei Geral das Microempresas, incluindo nos benefícios da nova legislação mais 1,5 milhão de micro e pequenos negócios.

Aquecimento global em pauta

O relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU, com um veemente alerta contra as ameaças que pairam sobre o planeta, levou o Senado a engajar-se. Uma

comissão especial mista promoveu uma série de debates para ouvir cientistas. E subcomissão temporária da Comissão do Meio Ambiente foi criada para analisar a questão dos resíduos sólidos.

BALANÇO 2007 Comissões destacam ações realizadas em 2007 e prevêem debates sobre pedofilia e transposição



Valter Pereira, Augusto Botelho e Cristovam Buarque, que preside a CE: 171 propostas examinadas

Comissão de Educação aprovou 163 matérias

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) examinou, de fevereiro a dezembro deste ano, 171 matérias. Desse total, 163 foram aprovadas, das quais 56 projetos de lei do Senado, 21 projetos de lei da Câmara e 61 requerimentos, entre outros tipos de matérias.

Entre as propostas deliberadas, está o projeto de lei que garante atendimento médico e odontológico aos alunos do ensino fundamental público (PLS 04/04), de autoria do presidente da CE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Votada em maio, a ma-

téria encontra-se em tramitação na Câmara. Ela assegura também a oferta regular da educação escolar, dispõe sobre a avaliação do rendimento escolar e dos estabelecimentos de ensino, cria mecanismos de articulação entre educação superior e educação básica e garante licença periódica nos planos de carreira dos profissionais das educações básica e superior públicas.

Em outubro, foi aprovado o projeto do senador Neuto de Conto (PMDB-SC) que cria o Fundo Nacional de Apoio a Bibliotecas (Funab). A propo-

sição (PLS 310/07) encontra-se atualmente na pauta de votações da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Há pouco mais de uma semana, a CE aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 60/07) do então deputado José Carlos Elias (PTB-ES) que obriga o governo a garantir atendimento, por psicólogos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e assistentes sociais, a alunos das escolas públicas de educação básica. Atualmente, o projeto aguarda escolha de relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Melhoria do ensino foi tema de audiência

A CE realizou 38 audiências públicas durante o ano de 2007 para tratar de temas como os Jogos Pan e Parapan-Americanos, realizados em julho, no Rio de Janeiro; a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – pacote de medidas articulado pelo Ministério da Educação, para a melhoria do sistema educacional.

No decorrer do ano, discutiu-se também o fato de o índice de eva-

ção escolar no Brasil continuar alto, mesmo com a ampliação do programa Bolsa Família.

Os senadores que compõem a CE propuseram, ao todo, cinco emendas ao Plano Plurianual (PPA) de 2008 a 2011. Foram requisitadas verbas para infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer; equipamentos para a rede pública de educação infantil; alfabetização e educação de jovens e adultos, formação em serviço de funcionários da educação básica

e para apoio e modernização de pontos de cultura.

A Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social aprovou, em 2007, 11 requerimentos e promoveu 15 audiências. Foram discutidos temas como a pirataria na indústria cinematográfica e fonográfica, o pagamento de meia-entrada para estudantes e idosos, a regionalização da programação e a produção independente nas emissoras de rádio e TV.

Nery ressalta combate ao trabalho escravo no país

Ao avaliar os trabalhos realizados pela Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em 2007, o presidente do órgão, José Nery (PSOL-PA), ressaltou que os parlamentares contribuíram para ações de combate à prática do trabalho escravo. Na opinião do senador, a subcomissão trouxe o assunto para discussão no Congresso, e aprofundou o debate com instituições do governo e organizações da sociedade civil.

A subcomissão, que funciona no âmbito da CDH, promoveu audiências para discutir o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, com a participação do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e com representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Ministério Público e de organizações não-governamentais. Nery disse que o relatório sobre o plano será encaminhado à análise da CDH.

O presidente da subcomissão também destacou as audiências realizadas para apurar denúncias na empresa Pagrisa, em Ulianópolis (PA). Nery explicou que o assunto gerou polêmica em setembro, quando os trabalhos do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho – que havia denunciado a empresa em relatório feito em julho – foram paralisados, após a visita de senadores ao local. Uma comitiva de senadores, lembrou Nery, também fez visitas aos estados do Pará, Maranhão e Tocantins para investigar outras denúncias de trabalho escravo.

Com o objetivo de erradicar o trabalho escravo no Brasil, o senador defende medidas legislativas para “endurecer” a punição aos criminosos. Ele apelou aos parlamentares pela aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01)

que expropria terras em que for constatado trabalho escravo. A proposição é do então senador Ademir Andrade e está tramitando na Câmara.

– Temos tarefas inadiáveis e urgentes: aprovação de medidas legislativas necessárias para impor penas àqueles que teimam em tratar seres humanos como escravos – observou.

O senador comunicou ainda que Ato Nacional Contra o Trabalho Escravo será realizado em 20 de fevereiro, reunindo partidos políticos, sindicatos, juristas, intelectuais e artistas. Nery disse que o evento deverá apresentar propostas concretas e convidou as comissões estaduais criadas com essa finalidade no Pará, no Tocantins e no Maranhão para participarem dos debates.

CDH deve debater transposição em 2008

O senador Paulo Paim anunciou que, entre os temas que a CDH deverá debater em 2008, está o projeto de transposição de águas do rio São Francisco e o protesto contra a obra feito pelo bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio – que passou 23 dias em greve de fome, encerrada na quarta-feira passada por motivo de saúde.



José Nery anuncia que ato nacional será realizado em 20 de fevereiro

Paim faz balanço dos trabalhos da CDH

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS), fez um balanço dos trabalhos desenvolvidos pelo colegiado em 2007. Foram realizadas 60 reuniões, das quais 38 foram audiências públicas e 22 reuniões deliberativas, entre as quais duas dedicadas à apresentação e votação de emendas ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).

– Quando iniciamos nossos trabalhos em fevereiro, tínhamos uma sociedade que via os direitos humanos como o direito que somente se preocupava com a punição do infrator. Mudamos essa visão para que todos percebessem que direitos humanos são uma preocupação com a vida e com os seres humanos.

O senador lembrou que a comissão realizou debates para discutir temas importantes, entre

os quais a violência urbana; questões relativas aos planos Bresser, Collor I e II e Verão, sob a ótica dos direitos humanos; a luta contra o racismo, a violência e o preconceito; o sistema de adoção de crianças; a CPMF e outras audiências realizadas nos estados, algumas motivadas por denúncias encaminhadas pela sociedade.

– Todas essas reuniões possibilitaram um alargamento nas relações e a construção de importantes parcerias com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras instituições nacionais e internacionais – disse.

Entre os projetos aprovados pela CDH neste ano, o presidente da comissão destacou três: o PLS 281/05, de Patrícia



Paim: reuniões mudaram visão que a sociedade tinha de direitos humanos

Saboya (PDT-CE), que criou o Programa Empresa Cidadã, com incentivos para quem ampliar a licença-maternidade para seis meses; o PLS 219/07, que dispõe sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a dispensa de medicamentos pelo SUS, apresentado por Tião Viana (PT-AC); e o PLC 122/06, que define os crimes resultantes de preconceito de homofobia, da ex-deputada Iara Bernardi.

Pedido de criação da CPI da Pedofilia é protocolado

O requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a utilização da internet na prática de crimes de pedofilia foi protocolado na última quinta-feira pelo senador Magno Malta (PR-ES) junto à Secretaria Geral da Mesa. A CPI também deve apurar a relação desses delitos com o crime organizado.

De acordo com o requerimento, que conta com as 27 assinaturas necessárias para a criação de uma CPI, a comissão será composta de sete membros e igual número de suplentes, e terá um prazo de 120 dias para a realização do seu trabalho.

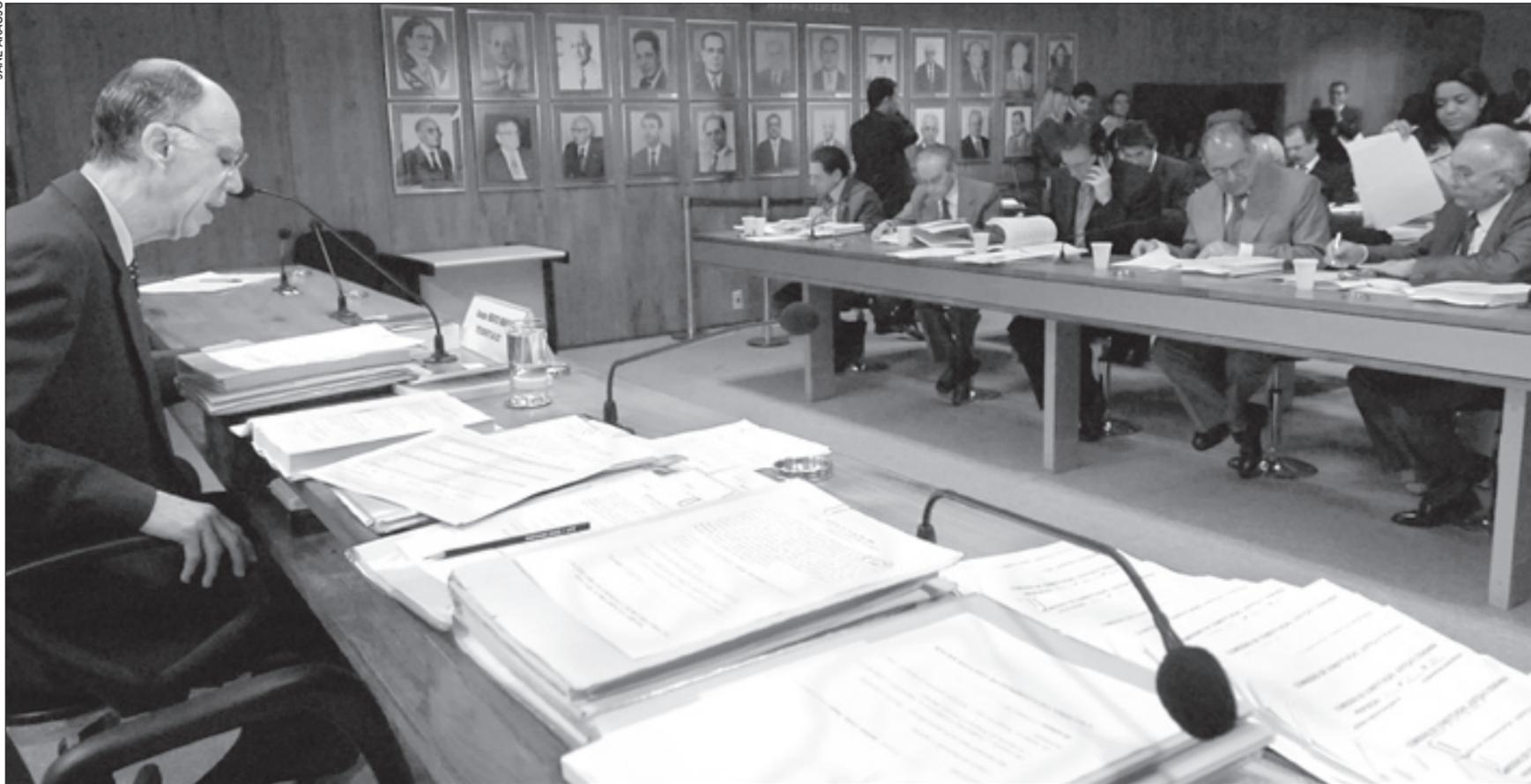
Malta disse que a Operação Carrossel da Polícia Federal – deflagrada na semana passada em 14 estados e no Distrito Federal com o objetivo de reprimir a pedofilia na internet – produzirá resultados “que

chocarão a sociedade brasileira, mas que constituirão subsídios para despertar a maior atenção dos órgãos governamentais para que seja aprimorada a legislação pertinente”.

Na justificativa, o senador afirma que a pedofilia é um padrão de comportamento sexual anormal, que pode ser observado em todas as classes sociais. Para Malta, os traumas causados por esse tipo de crime são difíceis de ser tratados, pois, além do prejuízo físico sofrido pela criança, existem também os danos psicológicos.

Se nenhum dos parlamentares retirar a assinatura, e se todas forem confirmadas na conferência, o requerimento será lido em Plenário, ato que cria a CPI, cuja instalação dependerá da indicação, pelos partidos políticos, de seus representantes na comissão.

COMISSÕES Para presidente da CCJ, excesso de matérias e reuniões quase simultâneas atrapalham o Legislativo



Marco Maciel diz que, para acelerar a tramitação de matérias na CCJ, está reunindo projetos com conteúdo semelhante e designando para eles um único relator

Centenas de propostas acumuladas

As maiores comissões permanentes do Senado, como as de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), apesar de terem analisado várias propostas em 2007, ainda acumulam centenas de propostas para serem votadas. Só na CCJ há quase mil projetos de lei.

Na avaliação do presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), além do grande número de matérias, a realização de reuniões das comissões quase que concomitantemente acaba por atrapalhar o bom andamento da avaliação dos projetos.

– Foram criadas muitas comissões e subcomissões no Senado este ano, e para se obter quórum

fica muito difícil – avalia.

O senador diz que, para aproveitar melhor o tempo, tem procurado “queimar etapas”. Com essa finalidade, está reunindo uma série de projetos cujo conteúdo é próximo e designando para eles um único relator. Foi o que aconteceu com os oito projetos que tratam da suplência de senadores. Apesar do volume de trabalho, segundo Maciel, a CCJ “tem um balanço muito positivo em análises de proposições”.

– Mas não conseguimos zerar o passivo pela grande quantidade de matérias que aqui chegam. Mesmo assuntos que inicialmente não precisariam passar pela CCJ acabam sendo encaminhados por outras comissões para análise da constitucionalidade – afirmou.

Maciel: cidadão quer leis de qualidade, não quantidade

Tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania existem 814 projetos de lei do Senado, sendo que 210 já estão prontos para votação. E há mais 178 projetos de lei da Câmara, 85 projetos de resolução, 40 projetos de decreto legislativo e 289 propostas de emendas à Constituição (PECs), sem contar requerimentos, ofícios, mensagens e outras matérias que precisam ser analisadas.

Para Maciel, a CCJ – que é considerada a mais importante comissão permanente da Casa pela sua responsabilidade de emitir parecer sobre a constitucionalidade de praticamente todas as propostas que tramitam no Senado e sobre o mérito de matérias de competência do Poder Executivo – necessitaria contar com pelo menos duas reuniões semanais regimentais: uma para assuntos gerais e outra para temas específicos.

As audiências públicas, na opi-

ção do presidente da CCJ, são importantes pela profundidade com a qual os temas são discutidos por especialistas e senadores, mas também acabam por tomar um bom tempo das comissões.

– Há pouco tempo realizamos três audiências para debater os precatórios. Mesmo assim, o relator da matéria, Valdir Raupp (PMDB-RO), pediu mais tempo, porque ainda não há consenso sobre o tema – exemplificou.

Para Maciel, a grande quantidade de matérias apresentadas atrapalha o trabalho do Legislativo.

– A sociedade quer menos quantidade e mais qualidade. A solução para os problemas não está em só se fazer leis. Esse excesso de normas confunde o cidadão – afirmou.

O senador destacou que a Constituição dos Estados Unidos tem 210 anos e 26 emendas, enquanto a brasileira tem apenas 19 anos e já está indo para sua 63ª emenda.

Matérias que tramitam nas comissões - dezembro de 2007

Comissões	PLSs	prontos para votação	PLCs	PRSs	PDLs	PECs
CCJ	814	210	178	85	40	289
CAE	335	93	14	6	1	0
CAS	195	97	20	0	1	0
CE	112	50	17	1	0	0
CMA	33	6	3	0	1	0
CI	28	6	5	0	0	0
CRA	28	4	3	0	3	0
CCT	28	4	3	2	248	0
CDH	17	1	3	0	1	0
CDR	15	5	1	0	0	0
CRE	13	2	2	1	1	0

Fonte: Comissões permanentes

Arquivamento nem sempre é obrigatório

Apesar de o Regimento Interno determinar que ao final da legislatura (período de quatro anos) todas as matérias em tramitação devem ser arquivadas, as regras de exceção possibilitam que propostas antigas ainda estejam sendo analisadas nas comissões.

É o caso, por exemplo, do projeto de lei do Senado (PLS 292/81) do então senador Itamar Franco que disciplina a formação de banco de dados pessoais e respectivo uso das informações cadastradas, e que ainda está tramitando na CCJ.

Deixam de ser arquivadas as matérias originárias da Câmara ou por ela revisadas, as de autoria de senadores que permaneçam no exercício do mandato ou que tenham sido reeleitos, as

apresentadas por eles no último ano de mandato e as que tenham parecer favorável das comissões. Além dessas, as que tratem de assuntos de competência exclusiva do Congresso e do Senado e de pedido de sustação de processo contra senador em andamento no Supremo Tribunal Federal.

Por esses motivos, são muitos os projetos que se acumulam nas prateleiras das comissões. Além da CCJ, outras três comissões têm grande número de propostas a serem analisadas. À Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por exemplo, cabe opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria, por isso recebe boa parte dos projetos que tramitam no Senado. Na semana passada, tramitavam na CAE 335

projetos de lei de senadores, 93 deles prontos para votação (veja quadro).

Da comissão participam 27 senadores titulares e mais 27 suplentes. É a maior, acompanhada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que tem igual número de integrantes.

A Comissão de Assuntos Sociais, que trata principalmente das questões de trabalho e saúde, acumula 195 PLSs, dos quais 97 prontos para votação. Já a CE possui 112 PLSs tramitando, sendo 50 aguardando somente a deliberação.

Além dos PLSs, as comissões analisam projetos de lei da Câmara, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução, PECs, mensagens, requerimentos e outros.

Alguns dos projetos que deverão ser votados em 2008

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	
PEC 1 e 23/03, 51/04, 11, 29 e 61/05 e 12/06	Precatórios
PLS 367/03	Coíbe o envio de mensagens eletrônicas comerciais não solicitadas
Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	
PLS 202/05	Altera a definição de terra produtiva para fins de reforma agrária
PLS 67/03	Altera a legislação tributária federal
PLS 595/07	Regulamenta a cobrança de tarifas bancárias
Comissão de Assuntos Sociais (CAS)	
PLSs 176 e 340/04	Confere aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração
PLS 277/04	Permite o oferecimento e contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas
PLC 42/07	Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023

ECONOMIA Segundo o DataSenado, 78% dos entrevistados querem corte de gastos para compensar perda de receita

Brasileiro apóia fim da CPMF pelo Senado

Os brasileiros apóiam o resultado da votação do Senado que rejeitou a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) por mais quatro anos. A informação é de pesquisa do DataSenado realizada nos dias 19 e 20. A proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) foi derrotada pelo Plenário na madrugada do dia 13. O governo só conseguiu 45 votos a favor da prorrogação, quatro a menos do que o necessário.

A decisão do Senado recebeu o apoio de 78% dos entrevistados. Apenas 18% disseram ser contra o resultado da votação. Segundo

Ana Lúcia Novelli, do DataSenado, ligado à Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop), o número mostra a rejeição ao imposto criado como provisório, mas que há 11 anos tributava toda a movimentação bancária do país.

Os entrevistados fizeram sugestões para compensar os R\$ 40 bilhões que o governo federal deixará de arrecadar, a partir de 1º de janeiro, com o fim da cobrança. Cinquenta e um por cento dos consultados disseram que o governo deve economizar e cortar gastos. Quarenta e três por cento propuseram uma melhor divisão dos recursos arrecadados.

Não há apoio da população para

a criação de um novo imposto. O DataSenado verificou que 95% dos entrevistados consideram que há muitos impostos no Brasil. E mostrou que 70% acham que o governo não usa bem o dinheiro arrecadado. Somente 5% afirmaram que o uso é adequado.

O resultado da votação melhora a imagem do Senado, responderam 52% das pessoas ouvidas. Para 42%, a imagem da Casa continua a mesma.

Foram ouvidas 784 pessoas, maiores de 16 anos, de todas as capitais brasileiras. Utilizou-se o sistema de cotas, com margem de erro de 3,5%, para mais ou para menos.



Senador José Maranhão acredita que governo buscará outras alternativas para ajustar o Orçamento de 2008 ao fim da CPMF

Maranhão não teme corte no reajuste do mínimo

Até o momento não existe nenhuma indicação de que o valor do salário mínimo previsto para 2008 possa ser reduzido em função dos ajustes na proposta orçamentária decorrentes da perda dos R\$ 40 bilhões que seriam arrecadados com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), declarou o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador José Maranhão (PMDB-PB).

– Dentro do arsenal de medidas, deve vir alguma definição sobre o salário mínimo, mas parece que a perspectiva é a mesma de antes, muito embora seu valor tenha muito impacto sobre os gastos da Previdência – afirmou, em referência às indicações de cortes que o Ministério do Planejamento encaminhará ao Congresso.

O comentário foi feito pelo senador depois de visitas ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza,

e ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Rider Nogueira de Brito. Acompanhado do relator-geral da proposta orçamentária, deputado José Pimentel (PT-CE), Maranhão sugeriu que os dois órgãos tomem a iniciativa de propor os cortes que considerem menos prejudiciais às suas atividades, dentro do esquema de ajustes que todos os Poderes devem fazer para compensar a perda da CPMF.

Sobre o salário mínimo, Pimentel informou que deve haver ainda entendimentos com o Executivo e as centrais sindicais. Mostrou, no entanto, simpatia por solução que preserve o valor – o governo encaminhou a proposta de fixar o salário mínimo em R\$ 407,33, mas já vinha sendo cogitada uma elevação, no relatório final do Congresso, para R\$ 408,90, depois que foi divulgada a segunda reestimativa da arrecadação.

CMO só volta a se reunir em fevereiro

Quando a Comissão Mista de Orçamento voltar a se reunir, em fevereiro, o Executivo, o Judiciário e o Legislativo já terão anunciado onde querem fazer cortes para ajustar o Orçamento de 2008 à redução de R\$ 40 bilhões em receitas da CPMF. O presidente da comissão, senador José Maranhão (PMDB-PB), convidou os dez relatores setoriais e os líderes partidários para uma reunião no dia 8 de fevereiro, quando o relator-geral, deputado José Pimentel (PT-CE), vai apresentar os critérios que usará para fazer os ajustes ao fim da CPMF, tendo por base as sugestões dos três Poderes. O presidente da comissão, senador José Maranhão (PMDB-PB), convidou os dez relatores setoriais e os líderes partidários no orçamento para uma reunião no dia 8 de fevereiro.

Neste dia, o relator-geral do projeto orçamentário, deputado José Pimentel (PT-CE), vai apresentar os critérios que usará para fazer os ajustes ao fim da CPMF, tendo por base as sugestões dos três poderes. O relator-geral do deputado deverá ser divulgado três dias depois.

Antes disso, o Comitê de Receitas da Comissão, presidido pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), apresentará a terceira reestimativa das receitas federais para 2008, agora retirando a CPMF.

Na opinião de Dornelles, o ajuste “ficará abaixo dos 38 bilhões de reais da CPMF”, porque a nova



Para Dornelles, previsão das receitas deverá ficar abaixo de R\$ 38 bilhões

previsão de receitas incluirá os meses de novembro e dezembro de 2007, cuja arrecadação vem superando as primeiras estimativas.

Mesmo sem lei, governo poderá gastar 96%

A decisão dos presidentes do Senado e da Câmara, Garibaldi Alves e Arlindo Chinaglia, de adiar a votação do Orçamento de 2008 para o início de fevereiro, tomada em razão do fim da CPMF, não deverá prejudicar o funcionamento da máquina pública nos primeiros meses do próximo ano. Levantamento da Consultoria de Orçamentos do Senado (Conorf) avalia que a União poderá gastar 96% da verba total de R\$ 943,4 bilhões prevista no projeto do Orçamento enviado ao Congresso.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevê que a União poderá desembolsar, a cada mês, uma fatia de um doze avos da proposta orçamentária original, liberando recursos para pagamentos inadiáveis, como pessoal, dívidas, juros, bolsas de estudo, material para funcionamento do serviço público, despesas relacionadas às eleições municipais de 2008 e uma série de outros itens. Os consultores calcularam que, dos gastos previstos de R\$ 943,4 bilhões, poderão ser pagos R\$ 844,3

bilhões mesmo sem a votação do projeto do Orçamento.

Além disso, a Constituição permite a reabertura dos créditos orçamentários especiais e extraordinários que tenham sido abertos entre setembro e dezembro do ano anterior (artigo 167).

O Poder Executivo ainda pode transferir ao exercício de 2008 parte da programação autorizada em 2007. A transferência ocorre por meio da inscrição das despesas empenhadas sob a rubrica “restos a pagar”.

Justificativas do Dnit não convencem deputado

As explicações dadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) sobre preços elevados para alguns trechos de rodovias, incluídos no projeto do Orçamento 2008, não convenceram o deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), que fez o alerta sobre os valores anormais à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

– As explicações não são convincentes. Há contradições no próprio documento que o Dnit enviou à Comissão de Orçamento – apontou Giovanni Queiroz.

O relator-geral, deputado José

Pimentel, observou que, “à primeira vista, parece que as explicações não são suficientes” e que pretende discutir o assunto na CMO. Giovanni Queiroz deve contestar oficialmente as explicações do Dnit na comissão.

Conforme explicou Giovanni, alguns trechos de rodovias federais estão orçados com preços muito acima do normal, que fica em R\$ 1,7 milhão o quilômetro. Ele citou especificamente quatro quilômetros da BR-448, entre Esteio e Sapucaia (RS), cuja construção custará R\$ 40 milhões, conforme proposta do Dnit.

Meirelles comemora redistribuição de renda

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, confirmou que cerca de 20 milhões de pessoas migraram das classes D e E para a classe C nos últimos cinco anos. Segundo Meirelles, essa migração é resultado, entre outros fatores, do aumento do nível de emprego e da massa salarial, da maior oferta de crédito e dos benefícios provenientes dos programas sociais implementados pelo governo federal.

As declarações foram dadas em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A informação havia sido publicada pelo jornal Folha de S. Paulo em sua edição do dia 16 passado.

Meirelles afirmou que, entre 2004 e 2007, foram criados em média 1,3 milhão de empregos formais por ano no país. E que a massa salarial real (descontada a inflação) cresceu 6,4% nos últimos 12 meses.

– Entramos em dezembro com uma das menores taxas de desemprego dos últimos anos – frisou ele.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que “existe distribuição de renda no Brasil, mas esta ainda é muito pequena quando comparada à regressividade da carga tributária”, referindo-se à distorção que faz com que as pessoas com menos renda paguem proporcionalmente mais tributos.

Ao apontar as taxas de juros como um dos fatores de concentração da riqueza, Crivella ressaltou que existem estimativas segundo as quais “25% dos títulos da dívida pública pertenceriam a apenas 15 mil famílias brasileiras”.

Meirelles disse que, de acordo com a mais recente Pesquisa Focus, realizada semanalmente pelo Banco Central, o mercado financeiro espera que a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) seja de 4,2% em 2008. Se esse número se confirmar, a alta de preços no ano que vem ficará abaixo do centro da meta fixada pelo governo, que é de 4,5% – o mesmo, aliás, fixado para este ano.



Henrique Meirelles, ao lado do presidente na CAE, senador Mercadante: inflação segue em baixa

PLENÁRIO

Direito de renúncia à aposentadoria segue para sanção

Acordo entre os líderes permitiu a aprovação do projeto de lei da Câmara (PLC 78/06) que reconhece o direito de renúncia à aposentadoria no Regime Geral da Previdência. O projeto vai a sanção presidencial. A Previdência indefere regularmente requerimentos de aposentados com essa finalidade, obrigando-os a recorrer à Justiça. O relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), explicou que o INSS tem alegado que a aposentadoria representa um ato jurídico perfeito e não pode ter seus efeitos suspensos.

Banco Mundial poderá ampliar ajuda ao país

O projeto de decreto legislativo (PDS 20/07) que aprova o texto das Modificações aos Convênios Constitutivos da Corporação Financeira Internacional (CIF) e do Banco Mundial (Bird) foi ratificado pelo Plenário. Agora, a CIF poderá financiar o setor privado no Brasil em projetos de parcerias público-privadas (PPPs), uma vez que o texto do convênio anterior previa a concessão de financiamentos somente para entes públicos.

Líder da Revolta da Chibata é mais novo herói da pátria

O nome de João Cândido Felisberto, gaúcho negro que serviu à Marinha de Guerra e que liderou a Revolta da Chibata (1910), passará a figurar no Livro dos Heróis da Pátria. É o que prevê projeto do senador Paulo Paim (PT-RS), aprovado pelo Plenário. Contrária à punição física de marinheiros, a revolta acabou vitoriosa e essa modalidade de punição extinta. João Cândido, que recebeu 200 chibatadas, ficou conhecido como o "Almirante Negro" ou "Navegante Negro".

Plenário define integrantes de Comissão Representativa

O Plenário aprovou a indicação, pelas lideranças partidárias, dos nomes dos 15 senadores (oito titulares e sete suplentes) que vão compor a Comissão Representativa do Congresso Nacional, que funcionará durante o recesso parlamentar, no período de 26 de dezembro de 2007 a 5 de fevereiro de 2008. A comissão também será integrada por 16 deputados titulares e seus suplentes.

Os senadores titulares são Adelmir Santana (DEM-DF) e Lúcia Vânia (PSDB-GO), pelo bloco da minoria; Garibaldi Alves Filho (RN) e Valdir Raupp (RO), pelo PMDB; Ideli Salvatti (PT-

Casa da Moeda terá um diretor comercial

O Plenário aprovou e enviou para sanção presidencial projeto de lei da Câmara que aumenta de três para quatro o número de diretores da Casa da Moeda do Brasil, empresa pública federal vinculada ao Ministério da Fazenda (PLC 29/07). A proposta é do Poder Executivo e será encaminhada à sanção. A mudança visa à criação de uma diretoria comercial para que a Casa da Moeda, com sede no Rio de Janeiro, possa buscar novos mercados e clientes. Atualmente, a entidade é integrada por um presidente e três diretores nomeados pelo presidente.

Comissão externa acompanha greve de fome de bispo

Comissão temporária externa criada pelo Senado para acompanhar o caso da greve de fome do bispo dom Luiz Flávio Cappio, de Barra (BA), teve seus membros escolhidos: Eduardo Suplicy (PT-SP), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Magno Malta (PR-ES) e José Nery (PSOL-PA), autor da sugestão. O religioso fez greve de fome durante 23 dias como forma de protesto contra o projeto de transposição das águas do rio São Francisco.

Ratificados sete acordos internacionais

O Senado ratificou sete tratados, acordos ou memorandos de entendimento entre o Brasil e outros países na semana passada. Entre eles, figuram tratado de assistência jurídica mútua em matéria penal com o Reino Unido; emendas à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, de 1979; e uma convenção com a Rússia para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a Renda.

SC) e João Ribeiro (PR-TO), pelo bloco de apoio ao governo; Epitácio Cafeteira (MA), pelo PTB, e Cristovam Buarque (PDT-DF) pelo bloco PDT/PSOL. Como suplentes, farão parte da comissão Demostenes Torres (DEM-GO), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Valter Pereira (PMDB-MS), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Renato Casagrande (PSB-ES), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Gim Argello (PTB-DF).

Entre as atribuições da comissão estão a de zelar pelas prerrogativas do Congresso e autorizar viagens ao exterior do presidente da República e do vice, quando a ausência exceder a 15 dias.



Garibaldi Alves (C), com Arlindo Chinaglia à sua direita, promulga a proposta que prorroga a DRU

Prorrogação da DRU até 2011 já é lei

O Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 56, que prorroga a Desvinculação de Recursos da União (DRU) até 2011, aprovada pelo Senado por 65 votos a 6, em segundo turno, na noite da quarta-feira. A sessão solene de cinco minutos foi aberta pelo presidente Garibaldi Alves, que tinha, a seu lado, o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia.

A DRU permite ao governo federal gastar da forma que julgar mais conveniente 20% das verbas do Orçamento que são vinculadas, por força da Constituição, às áreas de educação, saúde e Previdência Social. Com caráter provisório, o mecanismo foi criado em 1994,

sob a denominação de Fundo Social de Emergência (veja o quadro abaixo).

Renovação até 2011 foi proposta junto com a extensão da vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) por meio da mesma PEC 89/07. No dia 13, a prorrogação da CPMF foi rejeitada, mas a DRU acabou aprovada, em primeiro turno, por 60 votos a 18. Para preservar a DRU, o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), propôs que os dois mecanismos fossem votados separadamente.

A oposição fechou com os governistas acordo para apoiar a prorrogação da DRU. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio

(AM), disse que o Executivo comprometeu-se a não reeditar imposto ou contribuição semelhante à CPMF, assim como a não propor nenhum pacote fiscal. Em fevereiro, governo e oposição devem voltar a discutir a regulamentação da Emenda Constitucional 29, com o objetivo de garantir mais recursos para a área de saúde.

Para o líder do DEM, senador José Agripino (RN), a votação da DRU marcou uma nova fase na relação governo-oposição.

– O governo entendeu que não tem maioria nesta Casa para votar uma proposta de emenda à Constituição, que é preferível se entender com partidos a buscar a cooptação individual.

Seguridade pode ficar sem R\$ 36 bilhões

Com a aprovação da prorrogação da DRU na semana passada, o setor da seguridade - saúde, previdência e assistência social - poderá perder R\$ 35,9 bilhões só em recursos das contribuições criadas para financiar exclusivamente o setor. Já a educação tem perda potencial de R\$ 8,3 bilhões, que pode cair em R\$ 2 bilhões se o governo mantiver o compromisso, assumido durante as negociações para a prorrogação da CPMF, de reduzir a incidência da DRU nos recursos da área.

A DRU foi criada por emenda constitucional em 2000, em substituição ao Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que, por sua vez, substituiu o Fundo Social de Emergência (FSE). O mecanismo é uma espécie de fundo formado por 20% da receita de quase todos os impostos e contribuições federais - a exceção mais importante é a contribuição previdenciária, que, com R\$ 160,5 bilhões esperados em 2008, é o tributo de maior arrecadação. A DRU permite, dessa forma, que o governo remaneje

20% das receitas originalmente vinculadas a gastos obrigatórios.

Parte expressiva do dinheiro é reservada ao cumprimento da meta de superávit, economia com que o governo paga os juros da dívida federal. Nos últimos dias, foram divulgadas estimativas de que as receitas desvinculadas podem variar, em 2008, entre R\$ 80 bilhões e R\$ 90 bilhões.

Na época de sua criação, conforme o Ministério do Planejamento, a justificativa era que o excesso de vinculações no Orçamento levava o governo a se endividar no mercado financeiro para pagar despesas obrigatórias, como transferências a estados e municípios, folha de salários e Previdência.

O mecanismo foi inspirado em estudos do Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo o qual era preciso contornar uma característica típica da despesa pública nos países latino-americanos: fixar, em leis ou nas constituições, o destino dos recursos tributários, reduzindo a autonomia do Poder Executivo.

Aprovados mais R\$ 694 milhões em créditos

Acordo partidário permitiu que o Congresso Nacional aprovasse na quarta-feira a abertura de créditos suplementares de R\$ 694,6 milhões para diversas empresas estatais. A maior parte dos recursos - R\$ 400,7 milhões - vai para a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), dos quais R\$ 200 milhões são destinados à manutenção dos sistemas de proteção ao voo nas regiões Norte e Sul (PLN 43/07).

Os créditos suplementares aprovados contemplam: Centro de

Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) - R\$ 4,4 milhões; Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) - R\$ 9,18 milhões; Eletrosul Centrais Elétricas - R\$ 37,37 milhões; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) - R\$ 23,5 milhões; Furnas Centrais Elétricas - R\$ 56,8 milhões; Companhia de Eletricidade do Acre (Eletoacre) - R\$ 18 milhões; Companhia Energética de Alagoas (Ceal) - R\$ 31 milhões; Companhia Energética do Amazonas (Ceam) - R\$ 5,9 milhões; Cobra

Tecnologia - R\$ 5,45 milhões; Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasaminas) - R\$ 58 mil.

Outros projetos aprovados abriram créditos especiais de R\$ 275,3 mil para o Ministério da Educação (PLN 47/07); de R\$ 20,7 milhões para os ministérios do Planejamento e das Cidades (50/07); e de R\$ 255 milhões para diversos órgãos, como Senado, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Presidência da República e Ministério Público da União (62/07).

PLENÁRIO

Aprovados créditos externos para DF, estados e municípios

O Plenário do Senado aprovou projetos de resolução que autorizam a contratação, pelo Distrito Federal, estados e municípios, de empréstimos junto a instituições internacionais para investimentos em infra-estrutura, meio ambiente e desenvolvimento urbano. As propostas seguem para promulgação.

O governo do Distrito Federal, por exemplo, foi autorizado a tomar US\$ 176,7 milhões emprestados, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiar parcialmente a implantação do projeto de integração do sistema de transporte coletivo de Brasília.

De acordo com o governador

do Distrito Federal, José Roberto Arruda (DEM) – que visitou o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho –, os recursos irão financiar a construção de corredores exclusivos de ônibus nas vias de ligação entre as cidades de Ceilândia, Taguatinga, Guará e o Plano Piloto de Brasília, medida que não só vai desafogar o trânsito como melhorar muito o transporte coletivo de passageiros.

As Mensagens Presidenciais 263/07 e 264/07 autorizam o Rio Grande do Norte a contrair dois empréstimos junto ao Banco Mun-

dial (Bird), de US\$ 35,9 milhões e US\$ 22,5 milhões.

São Paulo recebeu aval do Senado para pegar US\$ 30 milhões no BID para custear a segunda

fase do programa de recuperação de rodovias estaduais (PRS 75/07). Já o PRS 86/07 deu sinal verde para Santa Catarina firmar o quinto termo aditivo de re-ratificação ao contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações sob condição, firmado com a União.

A União está liberada para contratar US\$ 5 milhões também junto ao Bird (PRS 79/07).

Diversos municípios tiveram aceitas suas solicitações de empréstimos: Joinville (SC), até US\$ 32 milhões do BID (PRS 77/07); Uberaba (MG), US\$ 17,2 milhões junto ao Banco Mundial (PRS 85/07); Pelotas (RS), US\$ 18,9 milhões do Bird; Canoas (RS), até US\$ 15 milhões da Corporação Andina de Fomento (CAF); Feira de Santana (BA), até US\$ 11 milhões também da CAF.

O Plenário aprovou ainda o projeto de resolução (PRS 74/07) que autoriza a União, os estados, DF e municípios a modificarem, nos contratos com o Bird, a modalidade de empréstimo, passando a adotar a chamada margem fixa (fixed spread loan).

Projeto limita empréstimos da União a 60% da receita líquida

Em votação simbólica, os senadores aprovaram na semana passada projeto de resolução (PRS 83/07) que estabelece limites para as operações de crédito interno e externo realizadas pela União, suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal. A medida visa atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal que já são aplicadas a estados e municípios. A proposta limita o montante das operações de crédito que podem ser realizadas pela União, em um mesmo exercício, a 60% de sua receita corrente líquida.

Já para conceder garantias em operações de crédito, o limite também é de 60% da receita corrente líquida em um mesmo exercício.

Para chegar ao Plenário, o projeto teve antes de ser acolhido na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Seu autor é o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). A proposta teve origem na mensagem da Presidência da República – aprovada pela CAE em 4 de dezembro – que tratava de limites globais para o montante da dívida consolidada da União. Ao explicar por que apresentou o projeto de resolução, Jucá argumentou que, de acordo com a Constituição federal e o Regimento Interno do Senado, a iniciativa para apresentação de propostas sobre limites e condições para operações de crédito e concessões de garantias é do Senado e, especificamente, da CAE.



Voto em separado de Expedito Júnior (C) derrotou, na CAE, parecer contrário ao projeto do líder do governo, Romero Jucá

Governo perde votação sobre dívida de Rondônia

Mesmo com posição contrária da liderança do governo, o Plenário aprovou, por unanimidade, projeto de resolução que suspende o pagamento da dívida do estado de Rondônia com a União, no valor de R\$ 600 milhões. A matéria foi votada em regime de urgência e segue a promulgação.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) havia rejeitado o relatório do líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR), e aprovado voto em separado de Expedito Júnior (PR-RO), favorável ao projeto. O parecer da CAE foi aceito à tarde no Plenário, onde os outros dois senadores por Rondônia, Valdir Raupp (PMDB) e Fátima Cleide (PT), apoiaram a proposta. Os três senadores do estado são da base governista.

O débito decorre da liquidação do Banco de Rondônia (Beron)

pelo Banco Central, efetivada em 1998. A intervenção do BC no Beron, que teve início em 1995, resultou num passivo mensal de R\$ 12 milhões para Rondônia. Jucá, em seu parecer, rejeitava a proposta, contestando a afirmação de que o BC teria sido responsável pelo aumento da dívida do estado.

O projeto valida todos os termos aditivos aos contratos de crédito e de compra e venda de ativos celebrados entre a União (BC), Rondônia, o Beron e a Poupança do Beron para crédito imobiliário (Rondonpoup), permitindo novo refinanciamento dessas dívidas. Ficam suspensos os pagamentos de amortizações e encargos relativos aos contratos firmados, “enquanto as partes contratantes não determinarem o valor efetivo do saldo devedor corrigido”.

Paraná também é liberado de pagar multas

Assim como Rondônia conseguiu, na terça-feira, a aprovação de resolução que suspende o pagamento de dívidas do estado com a União, relativa à liquidação do extinto Banco de Rondônia (Beron), o Paraná também foi contemplado, na quarta, com a suspensão temporária de suas dívidas relativas a multas decorrentes da extinção do Banco do Estado do Paraná (Banestado).

Com a medida, o estado deixará de pagar R\$ 5 milhões por mês à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de acordo com resolução aprovada em regime de urgência pelos senadores. A matéria foi dispensada de exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) por requerimento do senador Osmar Dias (PDT-PR) e enviada diretamente ao Plenário. O presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), criticou a medida, “por ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal e transferir a responsabilidade de uma dívida do Paraná com credores privados para a União”. Mercadante lembrou que o assunto é objeto de processo no Supremo Tribunal Federal (STF), mas não convenceu os demais senadores. Osmar Dias, em favor do Paraná, lembrou que hoje a dívida paga à STN já chegou a R\$ 200 milhões, “o que causa enorme prejuízo ao povo paranaense”. Ressaltou também, que, por conta de inadimplência, o estado deixará de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e perderá o acesso a novos créditos do governo e a empréstimos privados.

Lei moderniza balanço contábil das empresas

As empresas de grande porte deverão adotar padrões internacionais de divulgação de demonstrações financeiras e dar maior transparência às suas informações contábeis, “o que provocará o fortalecimento do mercado de capitais”, segundo o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Relator do projeto (PLS 121/07) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aprovado pelo Plenário, ele considera que a decisão moderniza e harmoniza a legislação, em vigor, que disciplina as sociedades por ações (Leis 6.404/76 e 6.385/76).

Uma das novidades é a desobrigação das empresas com patrimônio líquido inferior a R\$ 2 milhões, na data do balanço, de elaborar e publicar demonstrações de fluxos de caixa. As sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedade por ações, ficarão obrigadas a realizar auditoria independente, a ser feita por profissional registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). De acordo com Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), a legislação brasileira que trata do assunto está defasada e as medidas incluídas no projeto irão aproximar o Brasil dos padrões internacionais, além de dar maior transparência às operações no mercado de capitais.

Piso salarial para técnicos filiados ao Crea

Profissionais de nível médio, os técnicos das áreas de engenharia, arquitetura e agronomia, inscritos em seus conselhos regionais, passarão a contar com um piso salarial nacional. É o que prevê projeto (PLS 227/05) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), aprovado pelo Plenário e enviado para análise da Câmara dos Deputados. A proposta fixa o piso salarial em 66% da menor remuneração estipulada para os profissionais de nível superior nas mesmas áreas. Para Alvaro, o novo patamar dará “harmonização e tratamento isonômico para atividades técnicas abrangidas por um mesmo sistema de registro e fiscalização profissional”. O relator Marco Maciel (DEM-PE) considera que a fixação de piso “é ainda, em princípio, um instrumento efetivo de proteção da remuneração do trabalhador, uma vez que impede que este sofra uma degradação salarial não compatível com a sua condição”.

PLENÁRIO

Senado reconduz presidente da Anvisa

O Plenário do Senado aprovou, com 49 votos favoráveis, 9 contrários e 1 abstenção, a recondução de Dirceu Raposo de Mello à presidência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ele também passou por sabatina prévia na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que avalizou sua indicação por 14 a 1, com 1 abstenção.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ressaltou, durante a votação, a importância do trabalho da Anvisa, que “enfrenta poderosos interesses para defender a saúde pública”. O presidente da Anvisa também foi elogiado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), Flávio Arns (PT-PR), Renato Casagrande (PSB-ES), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Francisco Dornelles (PP-RJ).

Na sabatina, Raposo teve que responder a denúncia anônima e, como concluíram os senadores, infundada, sobre irregularidades

no aluguel do prédio onde funciona a sede da agência em Brasília. Pela denúncia, Dirceu Raposo decidiu sozinho, ad referendum da agência, mudar a sede da Anvisa, de um prédio com aluguel de R\$ 450 mil mensais, para outro, de R\$ 750 mil mensais.

Kátia Abreu (DEM-TO) criticou a lentidão da Anvisa no julgamento de processo sobre agrotóxicos genéricos. Segundo a senadora, cartéis de empresas estrangeiras controlam um mercado que movimenta US\$ 4,5 milhões por ano.

Raposo sugeriu que a CAS debata em audiência pública a questão dos agrotóxicos, para que o processo de decisão sobre o uso desses produtos tenha mais transparência. O senador Adelmir Santana (DEM-DF) também criticou a agência por restrições ao comércio nas farmácias, tema de audiência pública no mês passado.



Dirceu Raposo de Mello, ao lado da senadora Patrícia Saboya, durante sabatina na CAS

Conselheiros do Cade e embaixadores aprovados

O Plenário também confirmou a deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), acolhendo as indicações presidenciais para a recondução de Arthur Badin e Paulo Furquim de Azevedo aos cargos de, respectivamente, procurador-geral e conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão vinculado ao Ministério da Justiça.

Arthur Badin recebeu 36 votos favoráveis e 13 contrários. Ele é formado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e especializou-se em Defesa da Concorrência e Regulação. Também foi secretário-executivo do IRB-Brasil Resseguros e presidente do

Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça.

Paulo Furquim de Azevedo recebeu 33 votos favoráveis e 13 contrários. É graduado em Administração pela FGV e obteve o título de doutor em Economia pela USP. Foi professor de Economia na Fundação Getúlio Vargas.

Os parlamentares também acolheram a indicação de dois novos embaixadores: o diplomata Alexandre Rubem Milito Gueiros, que ocupará o cargo na Jamaica, recebeu 37 votos favoráveis e 7 contrários; Jorge Geraldo Kadri será o novo embaixador na Guiné-Bissau, após ter 38 votos favoráveis e 3 contrários.

Rio Grande do Sul ganha mais duas universidades

Os senadores aprovaram dois projetos de lei da Câmara (PLCs 84/07 e 97/07) criando duas universidades federais: a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), desmembrada da federal de Santa Maria (UFSM), com sede na cidade de Bagé (RS); e a Universidade Federal de Ciências da Saúde, antiga Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre. Ambos os projetos de lei seguem agora para sanção presidencial. Os senadores gaúchos Paulo Paim (PT), Sérgio Zambiasi (PTB) e Pedro Simon (PMDB) comemoraram a aprovação. Outros senadores, como Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Heráclito Fortes (DEM-PI), elogiaram as propostas mas lembraram que as universidades federais precisam ser mais bem distribuídas pelo país.

Agente penitenciário no DF recebe nova denominação

Um projeto do então deputado e hoje governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, foi aprovado pelo Plenário. Ele muda a nomenclatura do cargo de agente penitenciário da Polícia Civil do DF, que passará a ser denominado de agente de polícia de execução penal. O relator da matéria, Adelmir Santana (DEM-DF), ponderou que a alteração não provocará nenhum aumento de salário e é uma antiga reivindicação dos agentes penitenciários. O senador observou que eles sempre pertenceram à carreira da Polícia Civil do Distrito Federal, ingressando no cargo por concurso público privativo para quem tem diploma de curso superior. Os agentes fazem ainda curso de formação da Academia de Polícia Civil do DF.

Iguape é escolhido Berço da Colonização Japonesa

Projeto de Lei da Câmara 69/07, do deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), que considera o município de Iguape, no estado de São Paulo, o Berço da Colonização Japonesa no Brasil, foi aprovado pelos senadores. Na justificativa da proposta, Arnaldo Madeira lembra que são incontáveis os dados

históricos que apontam a região paulista do Vale do Ribeira como local de instalação da primeira colônia japonesa no Brasil, em 1913 – a Colônia Katsura –, exatamente no bairro Jipovura, no município de Iguape, às margens do rio Ribeira. A imigração japonesa comemorará cem anos em junho de 2008.

MERCOSUL

JANE ARAÚJO



Plenário do Parlamento do Mercosul: argentino ocupa a presidência até junho do próximo ano

Pampuro dirige Parlamento continental

Durante a oitava sessão plenária, semana passada, em Montevidéu (Uruguai), a presidência pro tempore do Parlamento do Mercosul foi transmitida ao senador argentino José Pampuro, ex-ministro da Defesa no governo de Néstor Kirchner. Ele exercerá a presidência do Parlamento até junho de 2008, quando então o comando do órgão passará às mãos do atual vice-presidente brasileiro, deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

Ao apresentar a sua despe-

dida, o ex-presidente do Parlamento, deputado uruguaio Roberto Conde, afirmou que, após sete meses de efetivo trabalho depois da instalação do novo órgão, o Parlamento do Mercosul já se encontra em “pleno funcionamento político”. Inicialmente, recordou, foi necessário dedicar esforços à elaboração do Regimento Interno e à criação das comissões permanentes, além da elaboração de um orçamento para 2008. Ele lembrou ainda

que já participaram das sessões parlamentares de 22 partidos políticos diferentes, atestando a “convivência plural e democrática”.

Na sessão plenária em Montevidéu, foi aprovada a criação de uma comissão especial para realizar um diagnóstico sobre a atual situação do Mercosul. Pelo Brasil, participarão o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e os deputados Beto Albuquerque (PSB-RS), Dr. Rosinha e Cláudio Diaz (PSDB-RS).

Parlamentares apóiam “regime institucional” na Bolívia

O Parlamento do Mercosul decidiu declarar o seu “firme apoio” ao regime institucional da Bolívia, “incluindo o reconhecimento e a estabilidade das autoridades e dos organismos eleitos pelo povo boliviano”. A declaração requer ainda que se promova um diálogo entre as forças políticas do país, “de maneira a se obter a definitiva pacificação do povo boliviano”.

O projeto de declaração foi apresentado pelo parlamentar paraguaio Héctor Lacoñata e aprovado com emenda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que retirou do texto original a expressão “rechaçando todo o intento de afetar a estabilidade das autoridades”. A emenda recebeu o apoio de outros senadores brasileiros, como Efraim Morais (DEM-PB) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Comissões definem atividades prioritárias para o próximo ano

Três comissões permanentes do Parlamento definiram suas agendas para 2008. A de Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social vai debater o livre trânsito de trabalhadores entre os países do Mercosul.

A Comissão de Infra-Estrutura, Transporte, Recursos Energé-

uticos, Agricultura, Pecuária e Pesca programou visitas a usinas hidrelétricas da região em março e um seminário sobre integração energética em abril, no Chile.

A de Cidadania e Direitos Humanos deixou a definição dos temas prioritários para a primeira reunião do ano, prevista para março.

COMISSÕES

Proteção para candidatos a vagas de emprego

Os candidatos a vagas de emprego não poderão ser submetidos a regras de recrutamento que atentem contra sua honra e dignidade. É o que estabelece projeto de lei (PLS 262/03) do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e enviado à Câmara dos Deputados. O relator, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), incluiu no texto a proibição da utilização de técnicas de caráter discriminatório, que exijam o pagamento de taxas e despesas sem justificativas ou que violem o sigilo de dados do trabalhador.

Rastreamento eletrônico de medicamentos

O rastreamento eletrônico de medicamentos, por meio de código de barras, pode ser adotado como forma de garantir a segurança e a eficácia desses produtos. O mecanismo, determinado em projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados (PLC 24/07), recebeu parecer favorável do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e foi aprovado na quarta-feira passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, da deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), também será analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pelo Plenário.

Lei da lavagem de dinheiro contra o terrorismo

Quem financiar, com bens ou dinheiro, ações criminosas com a finalidade de criar pânico na população estará sujeito a pena de reclusão de quatro a 12 anos. A decisão foi tomada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ao aprovar emenda de Romero Jucá (PMDB-RR) a projeto de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). A proposta de Valadares (PLS 209/03) relativa à lavagem de dinheiro faz parte do pacote antiviolação votado pela CCJ no primeiro semestre. A emenda de Jucá tem por meta atender dispositivo da Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo.



Consumidores poderão recusar o serviço inscrevendo-se em lista dos que não querem receber ligações

CCT aprova nova regra para telemarketing

A regulamentação do telemarketing, a implementação do Registro Nacional de Chamadas – uma lista de quem não deseja receber ligações desse tipo – e as penas contra abusos na prestação do serviço, objetos de projeto (PLS 243/04) de Roseana Sarney (PMDB-MA) aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), seguem para decisão terminativa da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pelo texto acolhido, elaborado pelo relator, Renato Casagrande (PSB-ES), o telemarketing ativo – aquele em que o consumidor recebe a chamada – fica restrito ao horário entre 9h e 21h, em dias úteis, e entre 10h e 16h, nos sábados. Aos domingos e feriados, não haverá esse tipo de serviço. A mo-

dalidade ativa corresponde a 20% das operações de telemarketing. O restante é composto por ligações geradas pelos próprios consumidores, que não são atingidas pela regulamentação da proposta.

Casagrande havia fixado prazo de seis meses após a aprovação da lei para a instalação do cadastro das pessoas que não querem os serviços do telemarketing, mas, a pedido de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Heráclito Fortes (DEM-PI) e da Associação Brasileira de Telemarketing, o prazo passou para um ano, a contar da sanção da lei.

O senador também proíbe os operadores de telemarketing ativo de abordar menores de idade, ligar para serviços de saúde ou fazer ligações a cobrar ou sem se identificar logo ao início da chamada.

– Trata-se de um setor importante para a economia brasileira, que tem empresas em todo o país. Queremos fazer uma lei que proteja o cidadão, mas que não iniba a atividade econômica – frisou.

Ele acatou o projeto de Roseana, mas rejeitou o PLS 123/07, de Expedito Júnior (PR-RO), que tramitava em conjunto, também regulamentando o telemarketing. Casagrande explicou ter optado pela proposta mais antiga.

Expedito Júnior se disse preocupado porque o texto do senador capixaba determina que o governo será responsável pela criação do Registro Nacional de Chamadas e que, assim, “o povo vai pagar a conta”. Casagrande afirmou acreditar que o governo resguardará melhor os interesses públicos.

Projeto facilita cancelar contratos on-line

Os fornecedores de serviços contratados por meio eletrônico serão obrigados a garantir a possibilidade de rescisão desses contratos também por meio eletrônico. Projeto com esse teor (PLS 154/07), de Lúcia Vânia (PSDB-GO), foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) na quarta-feira. Relatado por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), o projeto ainda será submetido à Comissão de Meio Ambiente, para decisão terminativa.

Para o relator, a proposta, que modifica o Código de Defesa do Consumidor, busca eliminar a dificuldade enfrentada pelos consumidores ao tentarem cancelar contratos firmados pela internet.

– Muitas vezes, para o cancelamento, não há a mesma comodidade e facilidade do que para firmar o contrato. Essa é uma situação muito comum também na telefonia celular, quando o cancelamento é feito apenas em call centers e muitas vezes a ligação cai ou é preciso ser refeita várias vezes. Algumas vezes, vencido pelo cansaço, o consumidor mantém o contrato sem que o queira. O projeto não resolve esse problema, mas facilita a rescisão quando o contrato for firmado por meio eletrônico – explicou Antonio Carlos Júnior.

Foi aprovado ainda projeto (PLS 136/03) do senador licenciado Paulo Octávio que permite o armazenamento de dados de contabilidade em meio magnético por parte das empresas. O parecer favorável foi de Marcelo Crivella (PRB-RJ) e a proposta terá decisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça.

A CCT decidiu ainda rejeitar projeto de lei da Câmara (114/05) que obrigava as empresas que oferecem atendimento por telefone ou internet a também atenderem os consumidores pessoalmente. O relator, Augusto Botelho (PT-RR), considerou que os custos da medida inviabilizariam determinadas atividades econômicas.

Augusto Botelho pediu a realização de audiência sobre projeto (PLS 346/05) de Pedro Simon (PMDB-RS) que veda a cobrança mensal, por operadoras de TV, por assinatura de ponto extra de TV.

Augusto Botelho pediu a realização de audiência sobre projeto (PLS 346/05) de Pedro Simon (PMDB-RS) que veda a cobrança mensal, por operadoras de TV, por assinatura de ponto extra de TV.

CCJ rejeita centralização de recursos do Pasep

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou relatório de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) que mantém decisão anterior da comissão, no exame da Proposta de Emenda à Constituição 59/05, para garantir aos estados, Distrito Federal e municípios o direito de arrecadar e aplicar diretamente, em benefício de seus servidores, os recursos que hoje recolhem ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). A decisão foi tomada com a rejeição de emenda de Plenário, de Romero Jucá (PMDB-RR). O texto volta ao Plenário.

Criação de cartórios pode ter norma alterada

A proposta (PLC 7/05) que exige a elaboração de lei estadual para a criação de novos cartórios extrajudiciais foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta altera a Lei dos Cartórios (Lei 8.935/94) e ainda tem de passar por votação no Plenário do Senado. Seu relator na CCJ foi Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Hoje é o Judiciário que permite a realização de concursos para tabelião ou notário, que é o responsável pelo cartório. Pela nova proposta, a criação de cartórios teria de estar prevista em lei estadual.

Comissão sobre clima tem prazo prorrogado

O prazo de funcionamento da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas foi prorrogado até 18 de junho de 2008 a pedido do relator e do presidente da comissão, respectivamente, senador Renato Casagrande (PSB-ES) e deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO). O senador explicou que o encaminhamento das propostas apresentadas no relatório final dos trabalhos exigia a prorrogação. A comissão foi criada para acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

ICMS - A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiu que no próximo ano, em data a ser marcada, vai debater a proposta de emenda à Constituição (PEC 20/07) que garante aos estados produtores de energia, petróleo e derivados a cobrança do ICMS nas vendas desses produtos para as outras unidades federativas. A iniciativa foi de Marcelo Crivella (PRB-RJ).

FRONTEIRA - Para debater a proposta de emenda à Constituição (PEC 49/06) que reduz a faixa de fronteira de parte do território nacional, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiu, na quarta-feira, realizar uma audiência em data ainda a ser definida. A PEC foi uma iniciativa do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). O relator é o senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA).

PRISÕES - A Comissão de Direitos Humanos vai realizar, em fevereiro, uma segunda audiência pública para debater irregularidades cometidas no sistema prisional, especialmente a permanência, na mesma cela, de adolescentes, mulheres e homens. O requerimento de Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão, para a realização do debate, foi aprovado na quinta-feira.

APOSENTADOS - As aposentadorias concedidas a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas sob condições que prejudiquem a saúde e a integridade física, serão debatidas na Comissão de Direitos Humanos no próximo ano. Paulo Paim é o autor do requerimento para discutir o projeto (PLS 68/03) de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que trata dessas aposentadorias.

COMISSÕES



Afonso Carneiro Filho detalha vantagens dos investimentos em transporte ferroviário na audiência pública com senadores

Ferrovias reduzem custos ambientais e sociais

As vantagens do transporte ferroviário não se medem apenas pelo retorno financeiro imediato, mas também pelo custo ambiental e social, defendeu o diretor de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes, Afonso Carneiro Filho, em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

A opção pela rodovia produziu custos operacionais, ambientais e sociais – como acidentes, roubo de cargas, assaltos – muito superiores aos do transporte ferroviário, comparou Carneiro Filho, acrescentando que a redução do tráfego é sinônimo de menor emissão de poluentes. Menos caminhões, carros e ônibus nas estradas também

proporcionariam menos gastos com manutenção dessas vias, observou.

– Investir nas ferrovias para manter melhor as rodovias. Isso é o que pensamos hoje, ao avaliar a questão dos modais de transportes – afirmou.

Aos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Valdir Raupp (PMDB-RO) – que requereu o debate –, Carneiro Filho disse que o investimento em ferrovia pode ser comparado ao investimento em hidrelétrica: alto custo de implantação, mas custo operacional baixo. Já a rodovia, declarou ele, pode ser comparada a uma usina térmica: custo inicial baixo e custos operacionais altos.

Infraero acha que é dever do governo investir no sistema

O poder público deve financiar a ampliação da malha ferroviária, já que as ferrovias são benéficas ao meio ambiente, mas não produzem receita direta que sustente o empreendimento, avaliou o diretor de Engenharia da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Severino Rezende, que representou o ministro da Defesa, Nelson Jobim. Ele informou que, dos 67 aeroportos geridos pela Infraero, apenas os do Galeão (RJ) e de Guarulhos (SP) possuem algum tipo de estudo sobre a interligação ferroviária.

Senadores cobram incentivos para baratear custos

Para o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), o Brasil, por possuir um extenso território, deve incentivar o transporte ferroviário, bem como o hidroviário, mas o financiamento exclusivamente privado pode gerar ferrovias utilizadas apenas por determinadas empresas.

O incentivo ao transporte por ferrovias e hidrovias, disse o senador João Ribeiro (PR-TO), poderá baratear o custo dos transportes no país, que deveria aproveitar o atual momento para efetuar avanços no setor.

Sistema prisional vive situação “catastrófica”

Na segunda audiência pública organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater o sistema prisional brasileiro, as denúncias de desrespeito e discriminação foram o tema dominante. É a segunda reunião desde o caso, no Pará, de uma menor de idade que ficou por vários dias presa numa cela com cerca de 30 homens, sofrendo todo tipo de abuso e situação humilhante.

Pelos últimos dados do Ministério da Justiça (junho de 2007), existem 419.551 pessoas privadas de liberdade no Brasil, entre homens, mulheres e adolescentes.

Para o diretor do Departamento Penitenciário Nacional, Maurício Kuehne, a situação carcerária atual é “lamentável”, e as celas são “verdadeiros depósitos de seres humanos”. Representando o ministro da Justiça, Tarso Genro, ele destacou que o Brasil é privilegiado no que diz respeito a regras para o tratamento de presos.

– A questão prisional lamentavelmente sempre ficou relegada ao esquecimento, com a sujeira sendo varrida para debaixo do tapete para que a sociedade não visualizasse a imensa tragédia



Maurício Kuehne e Maria Elizabete Pereira ladeiam o senador Paulo Paim: diagnóstico do sistema carcerário é “lamentável”

humana que existe no país – afirmou Kuehne.

A diretora de Programa da Subsecretaria de Articulação Institucional, subordinada à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Maria Elizabete Pereira, relatou a discriminação enfrentada pelas presas no Brasil.

– Se o governo federal não consegue dar uma resposta a essas mais de 25 mil mulheres, o que dizer então para o sistema prisional como um todo? – questionou Elizabete Pereira.

Já o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, disse que, apesar de os presídios

brasileiros estarem superlotados, ainda há, em todo o país, um déficit de mais de 170 mil vagas. Ele defendeu a criação de defensorias públicas em todas as cidades brasileiras, para que “o direito à assistência seja cumprido”.

A presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Carmem Silveira de Oliveira, apoiou a instituição de um sistema socioeducativo regionalizado como forma de recuperação dos presos, incluindo o funcionamento, em municípios, de delegacias e varas da infância e da juventude, entre outros serviços necessários à disposição dos presos.

Parlamentares pedem mutirão da Justiça

Os senadores que participaram do debate pediram ao governo medidas emergenciais para os problemas do sistema penitenciário nacional. Entre as sugestões, a realização de um mutirão pela Justiça, para que a situação de todos os presos do país seja revista, de modo a avançar nos processos dos que já estão presos, mas não foram julgados, e libertar os que já cumpriram suas penas.

José Nery (PSOL-PA) foi um dos que sugeriram a realização de um mutirão pela Justiça. Segundo ele, no Pará, por exemplo,

há 9 mil vagas no sistema prisional, mas o estado conta com um total de 9.500 presos, sendo que apenas 1.700 têm sentença definitiva. Para o senador, a superpopulação, a falta de estrutura e o desrespeito aos direitos humanos nas penitenciárias são problemas nacionais.

Por sugestão do presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), a primeira reunião da CDH em 2008 será novamente dedicada a debater o sistema penitenciário nacional.

Serys SIlhessarenko (PT-MT)

usou a expressão “filme de terror” para definir a situação descrita pelas autoridades à comissão e disse ser essencial a realização de mutirões destinados a solucionar a situação de presos provisórios e dos que já cumpriram pena.

A senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) declarou que a situação do sistema carcerário brasileiro lhe dá a mesma sensação de impotência que sentiu quando presidiu a CPI que investigou redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Fornecimento de material para exame de câncer foi normalizado

Autoridades da área da saúde garantiram aos senadores que já está normalizado o fornecimento de molibdênio, elemento químico e radiativo necessário para a produção do tecnécio, utilizado no diagnóstico e acompanhamento de várias doenças, entre elas o câncer. Os especialistas participaram de audiência pública na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão Assuntos Sociais (CAS).

Clínicas e hospitais tiveram que reduzir pela metade o número de cintilografias – exame que permite o diagnóstico do câncer e de problemas renais e cardíacos – devido à falta do tecnécio. A Nordion, empresa responsável pela importação, alegou que teve que colocar seu equipamento em manutenção para atender a determinação de órgãos sanitários do Canadá.



Presidente da Cnen, Odair Dias Gonçalves, senador Papaléo Paes e representante da Anvisa, Maria Ângela Nogueira: promessa de solução para crise no setor

– Vamos chegar ao fim de dezembro entregando normalmente os geradores de tecnécio para todas as clínicas e hospitais do país – garantiu o superintendente do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), Cláudio Rodrigues, para quem há apenas quatro empresas que produzem o molibdênio em todo o mundo, daí a crise temporária.

O presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Odair Dias Gonçalves, afirmou ainda que uma solução futura, caso ocorram problemas similares, seria a compra de um reator do molibdênio para

suprir as necessidades internas.

Já o diretor clínico do Instituto do Coração do Distrito Federal (Incor/DF), Adriano Caxeta, lembrou que mensalmente são realizadas cerca de 200 mil cintilografias, feitas não só uma única vez pelo paciente, mas várias, para o necessário acompanhamento da doença.

A gerente de Tecnologia de Organização em Serviços da Saúde da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), Maria Ângela de Avelar Nogueira, disse que, em breve, o Brasil terá uma normatização específica para a área.

Para Flávio Arns, Brasil deve romper com a dependência

O Brasil deve negociar com outros países que produzem o molibdênio, como Bélgica e Inglaterra, para evitar problemas futuros no fornecimento do produto, além de começar a investir na produção própria, defendeu o senador Flávio Arns (PT-PR). O país poderia passar a exportar e tornar-se mais um fornecedor do produto em âmbito mundial.

O presidente da Cnen, Odair Dias Gonçalves, afirmou que, em curto prazo – cerca de cinco anos –, não há possibilidade de o país conseguir romper essa dependência, uma vez que a produção de molibdênio requer um reator nuclear de US\$ 450 milhões. A proposta de independência só poderia ser viável num prazo de 15 anos.

Como médica, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) considerou o debate esclarecedor, ressaltando que a falta do tecnécio foi tema de reunião dos profissionais da saúde do seu estado.

PLENÁRIO

Alvaro Dias defende Congresso mais enxuto

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) voltou a defender na sexta-feira, em Plenário, a redução do número de integrantes dos Legislativos federal e estadual. Um Parlamento mais enxuto, argumentou, conseguirá realizar as atividades legislativas com qualidade e mais rapidez. Apesar de Alvaro Dias reconhecer que a proposta não conta com o apoio de muitos parlamentares, afirmou acreditar que, com menos parlamentares, o

Congresso poderá voltar a receber o respeito da população.

Alvaro Dias é autor de quatro propostas de emenda à Constituição (PECs 67, 68, 69 e 70, todas de 2007) e um projeto de lei complementar (PLS 465/07) que têm a finalidade de reduzir o número de deputados federais e estaduais, bem como de senadores, para que seja estabelecido um equilíbrio da representação popular.

– No estado de Roraima, um deputado federal representa 50

mil habitantes. No estado de São Paulo, um deputado representa 600 mil habitantes. Portanto, nós não temos uma autêntica representação popular. Há um desequilíbrio – analisou.

De acordo com as propostas de Alvaro Dias, o Senado passará a ter dois representantes por estado – uma redução de 27 senadores, ficando com 54 membros – e a Câmara dos Deputados perderia 108 deputados, passando a um total de 405 integrantes.

Mesquita Júnior: país educa mal os jovens

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) alertou para a falta de acesso da maioria dos jovens brasileiros à educação de qualidade, salientando, em especial, a necessidade de criação de mais escolas técnicas no país. O parlamentar considerou “alarmante” que apenas 12% dos jovens estejam matriculados no ensino superior, conforme dados

do Ministério da Educação constantes de reportagem da Folha de S. Paulo de sexta-feira. Também os dados contidos no editorial do Jornal do Brasil, dando conta de que 53,1% dos brasileiros entre 15 e 24 anos estão fora da escola e 20% não estudam nem trabalham, foram ressaltados por Mesquita Júnior para justificar a necessidade de prioridade à edu-

cação de jovens no Brasil.

Mesquita Júnior defendeu a aprovação de dois projetos de sua autoria que têm por objetivo a instalação de escolas técnicas federais no Acre. O senador propõe a criação de escola agrotécnica em Rio Branco e de escola técnica de construção naval na região do Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul (AC).

Augusto lê artigo de Delfim que critica a oposição

Augusto Botelho (PT-RR) leu em Plenário, na sexta-feira, artigo do ex-ministro da Fazenda Delfim Netto, publicado pelo jornal Valor Econômico, que destaca os bons resultados econômicos do governo Lula e critica a oposição. No texto, Delfim afirma que “[a oposição] parece ter perdido sua capacidade de analisar o presente e formular para o futuro um projeto econômico e social alternativo”.

Marco Maciel quer reformas tributária e política em 2008

O senador Marco Maciel (DEM-PE) desejou na sexta-feira, em seu último pronunciamento do ano, que o Congresso promova em 2008 as reformas tributária e política. Segundo ele, a reforma tributária pode ser traduzida num grande ajuste fiscal, sem o qual o Brasil não crescerá a taxas mais altas e viverá constantemente com grandes desigualdades sociais. Já a reforma política seria fundamental para elevar o nível de governabilidade do país.

Para Mão Santa, Legislativo ecoa a voz do povo

Mão Santa (PMDB-PI) destacou que o Poder Legislativo é um instrumento da democracia, “um tambor de ressonância do povo”. Nesse sentido, ao rejeitar a prorrogação da CPMF, o Senado teria dado “um presente de Natal” ao presidente Lula. O senador sugeriu que Lula fortaleça o Legislativo e o Judiciário, porque assim estará fortalecendo a democracia e o povo brasileiro. – Os aloprados não lhe ensinam isso – afirmou.

Presidência

Garibaldi apóia idéia de divulgar na internet as faltas dos senadores

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, apóia a idéia de divulgar pela internet não apenas os pedidos de licença e as verbas indenizatórias dos parlamentares, mas também as ausências. – Não vejo dificuldade de pôr as ausências na internet. Os meus colegas, com certeza, não vão sentir nenhum constrangimento.

Garibaldi foi indagado ainda sobre a ajuda de custo que o parlamentar recebe no início e no fim de cada sessão legislativa. Ele respondeu que essa não é uma mudança tão fácil. O presidente do Senado também defendeu uma agenda independente para o Legislativo. “Cabe a nós ter uma agenda voltada para os interesses da nação”, disse.



Garibaldi recebeu Eduardo Suplicy (E), Osmar Prado, Leticia Sabatella e José Nery: preocupação com o Velho Chico

Atores pedem apoio a greve de fome contra transposição do São Francisco

Um grupo de parlamentares, artistas e representantes de diversos movimentos sociais esteve com o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, para cobrar apoio à greve de fome do bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio. O religioso jejuou 23 dias em protesto pela transposição do rio São Francisco. Garibaldi

disse ser favorável às obras e que o importante é a vida das pessoas sem acesso à água.

– Sem dúvida, a transposição vai resolver um sério problema de escassez de água. Essa obra é a única alternativa que o Nordeste setentrional tem para resolver o problema de 12 milhões de pessoas – argumentou.

acompanhada de parlamentares do Rio Grande do Norte, a governadora Wilma de Faria visitou Garibaldi Alves, para relatar a audiência em que apresentou ao presidente Lula pleitos do estado. A governadora reivindica a viabilização do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Norte. O governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, também visitou Garibaldi para pedir pressa na votação de operação de crédito de R\$ 270 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o setor de transporte.

Congresso presta homenagem aos 100 anos de Niemeyer

O Congresso reuniu-se na quinta-feira para comemorar o centenário de nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer. O homenageado – que projetou os principais edifícios e monumentos de Brasília, incluindo o Congresso – participou da sessão por meio de videoconferência. A homenagem seria realizada apenas pelo Senado, mas, a requerimento do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), transformou-se em sessão conjunta do Congresso.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, abriu a sessão. Para o parlamentar, o arquiteto merece “homenagem de todo o Congresso Nacional”. Participaram da Mesa, ainda, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, um neto do homenageado, Carlos Oscar Niemeyer Magalhães, e a gerente do Espaço Oscar Niemeyer e representante da Fundação Oscar Niemeyer, Edénise de Sousa.

A sessão teve início com a cantora Shirley Santos Silva en-



Carlos Oscar Niemeyer (E), Chinaglia, Garibaldi e Inácio Arruda diante da tela da videoconferência com Oscar Niemeyer

toando o Hino Nacional. Em seguida, ela interpretou a Bachiana Brasileira nº 5, de Villa-Lobos, uma das canções preferidas do homenageado.

Em seu discurso, Inácio Arruda salientou que a sessão solene do Congresso prestou “justa, fraterna e singela homenagem” ao transcurso do centenário de nascimento de uma pessoa que

se destacou como arquiteto e humanista e tornou-se um “artista universal, reconhecido e admirado em todo o mundo”. Já Ideli Salvatti (PT-SC), que também assinou o requerimento para realização da sessão, ressaltou que Niemeyer é um democrata.

Marco Maciel (DEM-PE) entregou ao neto de Niemeyer uma lembrança do Congresso: um

jogo de xícaras adornado com o motivo dos azulejos de Athos Bulcão que decoram alguns salões da Casa.

Também discursaram em homenagem a Niemeyer os senadores Efraim Morais (DEM-PB), Francisco Dornelles (PP-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Aloizio Mercadante (PT-SP), Paulo Duque (PMDB-RJ), Paulo Paim (PT-RS), José Nery (PSOL-PA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Mão Santa (PMDB-PI).

Oscar Niemeyer nasceu em 15 de dezembro de 1907, no Rio de Janeiro. Em 1955, durante o governo de Juscelino Kubitschek, assumiu a chefia do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), responsável pela construção de Brasília. Enquanto Niemeyer ficou responsável pelo projeto dos prédios e monumentos da nova cidade, o arquiteto Lúcio Costa idealizou o traçado da cidade.

“A vida é mais importante do que a arquitetura”

Ao participar, por videoconferência, da homenagem, o arquiteto Oscar Niemeyer mostrou sua preocupação com os jovens. – O importante para mim é procurar a juventude, ajudar os jovens. Alguns vêm ao meu escritório e vejo que eles saem da escola sabendo que vão para um mundo injusto. Niemeyer acrescentou que, para ele, a vida é mais importante do que a arquitetura.

– Eu faço a minha arquitetura com muito prazer. Procuo dar uma forma diferente, mais livre. Sempre gostei de desenhar. Mas sou um arquiteto desenhista, nada mais. Sou um ser humano sem a menor importância, que olha para o céu e sabe como somos pequeninos neste mundo difícil de viver.

Voz do Leitor

SUS

“Nosso atuante vice-presidente, José Alencar, disse que está vivo apenas porque faz exames preventivos contra o câncer e aconselha todos os brasileiros a seguirem seu exemplo. Sem dinheiro, senhor vice-presidente, não se consegue isso, pois o Sistema Único de Saúde (SUS) não agenda esses exames preventivos.”

Lourival Custódio, de Blumenau (SC)

PARTIDO POLÍTICO

“Sugiro que existam apenas dois partidos no Brasil, como nos Estados Unidos.”

Tiago Alves Cabral, de Pindamonhangaba (SP)

CORRUPÇÃO

“Pesquisa do Instituto Econômico Suíço revela que o Brasil deixa de gerar R\$ 1,5 bilhão por ano devido à corrupção. A União, com seu Orçamento de R\$ 1,53 trilhão, deveria gerir melhor seus recursos. Os R\$ 5 milhões que cada parlamentar pode apresentar como emendas ao Orçamento da União são focos de corrupção e negociações.”

Fábio Tavares, de Marechal Hermes (RJ)

VEREADORES

“Proponho que os senadores diminuam o número de vereadores nas câmaras municipais, reduzindo os gastos com eles. Sugiro também o aumento no número de vagas para aqueles que fazem valer a legislação, como os policiais.”

Eduardo de Lima Adelino, de Nazaré da Mata (PE)

DISCURSOS

“Fico estarecido ao ver os políticos deste país es-

bravejando para os órgãos de comunicação sobre o que ocorreu com a menor que se encontrava presa em uma cela masculina. Vejo todos acusando as autoridades de segurança, em todos os níveis, por não terem feito nada para impedir tal absurdo. Mas não os vejo em nenhum momento acusando seus pares de estarem alheios ao que ocorre com seus eleitores. A cidade em que aconteceu o fato não tem prefeito, vereadores, etc.? Desejo que nossos líderes trabalhem e não façam da desgraça alheia discursos eleitoreiros.”

Ronier Vaz dos Santos, de Timóteo (MG)

DIREITOS AUTORAIS

“Sugiro um projeto de lei que preserve os direitos autorais dos escritores iniciantes. Muitos deles, como eu, estão tendo que trocar o pagamento desses direitos por livros.”

Adriano Henrique, de Caruaru (PE)

VIGILÂNCIA

“O Exército brasileiro deveria empregar seu efetivo no combate ao desmatamento da selva amazônica, que carece de fiscais capazes de cobrir toda a sua extensão territorial.”

Rodrigo Arantes, de Brasília (DF)

COMPROMISSO

“Proponho que os senadores elaborem projeto de lei determinando que os candidatos que fizerem propostas durante as campanhas eleitorais e, após serem empossados, não cumprirem o que prometeram, tenham seus mandatos sujeitos a processo de cassação por quebra de decoro.”

Moisés Shalabi, de São Borja (RS)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Ambiente legal

Passos do Mapa do Caminho

Encerrada a Conferência de Bali sobre Mudanças Climáticas, ambientalistas de todo o mundo voltam agora suas atenções para Gana, onde, no início de 2008, deverá ocorrer a primeira reunião de negociadores no âmbito das Nações

Unidas. O Mapa do Caminho, resultado do acordo de 190 nações no encontro da Indonésia, estabeleceu para dezembro de 2009, na Dinamarca, a reunião que deverá estabelecer as novas metas de redução dos gases que provocam o efeito estufa.

Recorde de catástrofes naturais

A cifra recorde de mais de 500 catástrofes naturais foi atingida na Terra em 2007, com um crescimento de 20% em relação ao ano passado. A informação é da Federação Internacional da Cruz Vermelha, que atribui o fenômeno ao

aquecimento global. Em dez anos (de 1997 a 2006), o número de catástrofes aumentou 60% em comparação com a década anterior (1987 a 1996). Para o secretário-geral da federação, Markku Niscala, “as cifras confirmam a tendência dos últimos anos”.



A cidade de Londres aprovou projeto de lei proibindo a distribuição gratuita de sacolas plásticas. A decisão resultou de pesquisa segundo a qual mais de 90% dos entrevistados apoiam a proibição completa ou uma cobrança em torno de US\$ 0,20 a US\$ 0,30 por sacola. Na capital da Inglaterra, é distribuído a cada ano 1,6 bilhão de sacolas plásticas, que podem levar até 500 anos para se decompor.

BIOCOMBUSTÍVEIS DE SEGUNDA GERAÇÃO

- Produzidos a partir de plantas não-alimentares, com poucos fertilizantes e restos vegetais da agricultura, os biocombustíveis de segunda geração - também

conhecidos como sintéticos - deverão ser superiores aos biocombustíveis atuais, diz Camila Leporace, no site Opinião e Notícia. Eles apresentam um balanço ecológico mais favorável, já que são produzidos sem ampliação da área plantada.

NAVIOS MAIS LIMPOS - A Califórnia está trabalhando para reduzir a poluição em um dos setores mais difíceis de se regulamentar: iniciou um programa bilionário para consertar, trocar ou limpar os motores dos navios. O governo do estado adverte que a poluição causa atrofia no pulmão de crianças, dias de trabalho perdidos e doenças pulmonares crônicas em adultos, além de poder provocar uma epidemia de asma.

Frases

“Sou um ser humano sem a menor importância, que olha para o céu e sabe como somos pequeninos neste mundo difícil de viver”

Oscar Niemeyer, ao participar, por videoconferência, da homenagem do Congresso aos seus 100 anos.

“Niemeyer será homenageado quando for encontrada a linguagem única do bem comum e da justiça social, com o término de todos os tipos de discriminação, desigualdade regional e pessoal, e com o fim da barbárie humana, da fome, da miséria e da violência”

Pedro Simon, em discurso de homenagem a Niemeyer.

“No estado de Roraima, um deputado federal representa 50 mil habitantes. No estado de São Paulo, um deputado representa 600 mil habitantes. Portanto, nós não temos uma autêntica representação popular. Há um desequilíbrio”

Alvaro Dias, autor de cinco propostas que reduzem o número de deputados federais, deputados estaduais e senadores.

“O Senado acertou porque esteve em sintonia com a população. Já o governo, além de ter perdido a batalha da articulação política, perdeu a batalha da comunicação”

Garibaldi Alves, sobre o fim da CPMF, considerado por ele como uma “derrota anunciada”

“Quem tem o maior orçamento obviamente deve cortar os maiores valores”

José Maranhão, presidente da Comissão de Orçamento, sobre os cortes para compensar a CPMF.

“O Senado conseguiu ganhar uma em nome da sociedade. A população está agradecida ao Senado. Estaríamos arrependidos de quê? De ter feito algo bom para a sociedade?”

José Agripino, líder do DEM, rebatendo notícias de que a oposição, arrependida de ter impedido a prorrogação da CPMF, poderia apoiar um pacote de novos impostos.

Foto da Semana

Em sua primeira entrevista coletiva como presidente, o senador Garibaldi Alves citou a “crise sem precedentes” vivida pelo Senado em 2007 para prever um 2008 “diferente”.

A expectativa, segundo ele, é que a Casa possa ter seu Regimento Interno atualizado e os gastos com a verba indenizatória dos senadores divulgados na internet, além de uma solução para a monopolização da pauta por medidas provisórias



GERALDO MAGELA

TV mostra como crianças interpretam conto de Sabino

Fernando Sabino foi escritor, jornalista, cineasta, editor, baterista de jazz, mas dizia que queria mesmo era ser menino. O programa *Era uma vez...* Fernando Sabino mostra como crianças de três escolas do Distrito Federal interpretaram, por meio de histórias em quadrinhos, desenhos e peça de teatro, o conto "Galinha ao molho pardo", primeiro capítulo do livro *O menino no espelho*.

Pelo fato de o texto de Sabino ser em grande parte atemporal e

instigar a imaginação visual, o especial da TV Senado mostra a relação entre as histórias escritas e suas transformações para as telas do cinema. Ao longo do programa, são apresentadas cinco histórias do autor mineiro.

O especial – que a TV Senado transmite no sábado, às 16h30 e às 21h30, e no domingo, às 11h30 e às 22h – apresenta ainda depoimentos de professores e do próprio Sabino. Parte da biografia de Fernando Sabino é contada, no programa, por adolescentes.



O programa *Era uma vez...* mostra parte da biografia do escritor Fernando Sabino contada por adolescentes

No Espaço Cultural, Borghetti canta e fala da carreira

O Espaço Cultural, da TV Senado, preparou entrevista com o músico gaúcho Renato Borghetti. No programa, que vai ao ar na noite de sábado para domingo, à meia-noite, e no domingo, às 14h30, ele toca canções típicas gaúchas, além de composições próprias.

Borghetti toca desde os 10 anos de idade, quando ganhou sua primeira gaita-ponto do pai. Cinco anos depois, já era atração turística nos centros de Tradições Gaúchas (CTGs). Com 16 anos, subiu profissionalmente em um palco pela primeira vez. E aí começou sua fama. Ao tocar, impressionava quem conhecia as limitações do seu instrumento, a gaita-ponto.

O primeiro disco foi gravado em 1984 de favor, em madrugadas ociosas de um estúdio. Nin-



O gaúcho Renato Borghetti começou a tocar gaita-ponto aos 10 anos. Aos 16, já se apresentava profissionalmente

guém imaginava que venderia mais de 100 mil cópias.

O que havia no disco era música tradicional, mas tocada

com paixão. A partir de então, o prestígio de Borghetti só cresceu.

Na década de 80, ganhou

vários prêmios em festivais e se apresentou em cidades que vão de Munique, Stuttgart, Nova York a Maceió.

Em 91, recebeu, da Associação Paulista de Críticos de Arte, o prêmio de melhor disco do ano na categoria Regional. E recebeu convite para integrar o Projeto Asa Branca, ao lado de Sivuca, Dominginhos, Elba Ramalho e Alceu Valença.

Entre 95 e 96, tocou em todo o país como representante sulista no projeto Brasil Musical, com Paulo Moura, Hermeto Pascoal, Wagner Tiso e Egberto Gismonti. Também começou a se apresentar no Uruguai e na Argentina, fazendo parcerias com artistas dos dois países. Na Europa, gravou e lançou seus discos, e se apresentou com outros artistas.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Leituras
- 1h30 - Conversa de músico
- 2h - Especiais
- 3h - Inclusão/Diplomacia
- 4h - Cidadania Debate
- 5h - Cidadania Entrevista
- 5h30 - Parlamento Brasil
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Leituras
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Diplomacia/Inclusão
- 9h - Parlamento Brasil
- 9h30 - Alô Senado
- 10h - Especial/Comissões
- 12h - Cidadania Entrevista
- 12h30 - Direto do Cafezinho
- 13h - Cidadania Debate
- 13h45 - Senado Agora (ao vivo)
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Senado Agora
- 18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
- 19h - Cidadania Debate
- 20h - Direto do Cafezinho
- 20h30 - Cidadania Entrevista
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

- 1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
- 5h30 - Alô Senado ou Leituras
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Direto do Cafezinho
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Direto do Cafezinho
- 8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 8h30 - Direto do Cafezinho
- 8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 9h - Direto do Cafezinho
- 9h30 - Comissões (ao vivo)
- 13h45 - Senado Agora (ao vivo)
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Senado Agora
- 18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
- 19h - Cidadania Debate
- 20h - Direto do Cafezinho
- 20h30 - Cidadania Entrevista
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

- 1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
- 5h30 - Parlamento Brasil
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Direto do Cafezinho
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Direto do Cafezinho
- 8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 8h30 - Direto do Cafezinho
- 8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h45 - Senado Agora (ao vivo)
- 14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)
- 18h45 - Direto do Cafezinho
- 19h - Cidadania Debate
- 20h - Direto do Cafezinho
- 20h30 - Cidadania Entrevista
- 21h - Jornal do Senado Federal
- 21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Leituras
- 2h30 - Diplomacia
- 3h30 - Cidadania Entrevista
- 4h - Alô Senado
- 4h15 - Ecosenado - Poluição do ar em São Paulo
- 4h30 - De coração
- Exercícios físicos nas doenças cardíacas
- 5h - Conversa de Músico
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Alô Senado (reprise)
- 7h15 - Ecosenado (reprise)
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - De coração (reprise)
- 8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Orquestra Cega - Egito
- 11h - Parlamento Brasil
- 11h30 - Diplomacia
- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Alô Senado
- 13h15 - Ecosenado (reprise)
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h30 - Mesa Brasileira Gaúchos e Colonos
- 16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
- 17h40 - Cidadania Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Alô Senado
- 20h - Leituras
- 20h30 - Ecosenado (reprise)
- 21h - Parlamento Brasil
- 21h30 - Especial (reprise)
- 22h40 - Diplomacia
- 23h30 - De coração (reprise)
- 24h - Espaço Cultural - Ópera Poranduba

DOMINGO

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Alô Senado
- 2h15 - Ecosenado (reprise)
- 2h30 - Diplomacia
- 3h30 - Cidadania Entrevista
-
- 4h - Leituras
- 4h30 - De coração (reprise)
- 5h - Conversa de Músico
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - TV Brasil Internacional (reprise)
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Leituras
- 8h30 - De coração (reprise)
- 9h - Diplomacia
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 11h - Alô Senado
- 11h15 - Ecosenado (reprise)
- 11h30 - Especial
- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Parlamento Brasil
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Espaço Cultural (reprise)
- 16h - Mesa Brasileira (reprise)
- 17h - Diplomacia
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Mesa Brasileira (reprise)
- 22h - Especial (reprise)
- 23h10 - Parlamento Brasil
- 23h40 - De coração (reprise)
- 24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

Como sintonizar

TV A CABO

NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 Anos do Senado
- 22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO



Encontro no Interlegis reuniu gestores de serviços de informação do Executivo e do Legislativo

Contratação de informática em debate

A Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle da Gestão (TIControle), da qual o Prodasen é membro fundador, realizou na semana passada o 1º Workshop TIControle de Contratação de Serviços de Informática para Gestores do Executivo, no Interlegis. No Senado, a tecnologia da informação e de comunicações é gerida pela Secretaria Especial de Informática (Prodases).

O encontro foi dirigido aos prin-

cipais gestores do Executivo federal responsáveis pela elaboração da Instrução Normativa 18, que trata da contratação de serviços de informática no Executivo.

O objetivo do workshop foi repensar essa instrução normativa, além de equalizar conceitos, entre os órgãos do governo federal, sobre a contratação de serviços de TI, conforme Nazaré Bretas, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI). A

expectativa é que em março de 2008 sejam publicadas as diretrizes sobre o modelo de contratação de TI.

Participaram do encontro representantes da SLTI, do Ministério do Planejamento, da TIControle, dos ministérios da Defesa, dos Transportes e da Cultura, da Comunidade TIControle e também do grupo de governança do mestrado da Universidade Católica de Brasília (UCB).

Vereadores do Recife aplaudem Interlegis

A Câmara de Vereadores do Recife aprovou voto de aplauso ao Interlegis, sugerido pelo vereador João Arraes. Para ele, "antes o processo legislativo era realizado por meio de papel físico e hoje os parlamentares da Casa podem enviar qualquer

tipo de proposição por meio do sistema implantado pelo Interlegis". O Legislativo municipal é parceiro do Interlegis desde 1997, tendo recebido ao longo dos últimos dez anos os produtos desenvolvidos pelo programa. Com a utilização do

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo tem-se acesso a um banco de dados com mais de 23 mil documentos. A Câmara de Vereadores do Recife foi uma das cem que participaram do Projeto Piloto de Modernização do Legislativo.

Prêmio Bertha Lutz recebeu 75 indicações

Entidades governamentais e não-governamentais apresentaram 75 indicações para a edição 2007/2008 do Diploma Mulher-Cidadã Prêmio Bertha Lutz, destinado a premiar mulheres que tenham oferecido contribuições relevantes à defesa dos direitos da mulher.

O Diário do Senado já publicou os currículos das indicadas e, logo no início do próximo ano legislativo, em fevereiro, o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha

Lutz se reunirá para eleger as cinco mulheres que serão agraciadas com o prêmio.

Os diplomas serão entregues em sessão solene do Senado em 8 de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher.

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz é composto por 12 senadores. As cinco mulheres que serão escolhidas dentre as 75 indicadas devem representar diferentes áreas de atuação.

Luta pela proteção ao trabalho e pelo voto feminino

Zoóloga de profissão, Bertha Maria Júlia Lutz é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Ela se empenhou pela aprovação da legislação que outorgou às mulheres o direito de votar e de serem votadas.

Nascida em São Paulo, no dia 2 de agosto de 1894, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista e pioneiro da Medicina Tropical Adolfo Lutz, Bertha foi educada na Europa, formando-se em Biologia pela Sorbonne.

Voltou ao Brasil em 1918 e ingressou por concurso público como bióloga no Museu Nacio-

nal, sendo a segunda mulher a entrar no serviço público brasileiro. Ao lado de outras pioneiras, empenhou-se na luta pelo voto feminino e criou, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Na Organização Internacional do Trabalho (OIT) discutiu problemas relacionados à proteção do trabalho da mulher.

Foi ainda deputada na Câmara Federal em julho de 1936, em razão da morte do titular, Cândido Pessoa. Bertha Lutz faleceu em 1976, aos 84 anos.

Arquivo aberto



Missa em ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos de 2005 e confraternização de Natal no Salão Negro do Congresso Nacional

25/12 – Instituído pelo papa Libério, no ano de 354 d.C., o dia 25 de dezembro tornou-se feriado nacional após decreto imperial de 21 de dezembro de 1822. Em 16 de dezembro de 1996, a senadora Benedita da Silva chama a atenção dos parlamentares: "Temos em nossas mãos um grande desafio: fazer daqui dessa nossa manjedoura, onde nascemos e crescemos politicamente, o lugar de partida para essas transformações da sociedade". No mesmo dia, a senadora Marina Silva citou passagem bíblica e disse: "Onde estiver o vosso tesouro, ali estará também o vosso coração. Quero de coração que em 1997 o nosso tesouro esteja no compromisso de fazermos com que o Brasil, independentemente das nossas ideologias, das nossas crenças, possa ter uma pitadinha de esperança no planeta de que os seres humanos podem viver com dignidade, podem viver de forma respeitosa". Em 21 de

dezembro de 2000, o programa Espaço Cultural, da TV Senado, exibiu a peça Presépio vivo de Campina Grande, que contou a história do nascimento de Jesus Cristo. O Coral do Senado apresentou-se no Hospital Sarah Kubitschek em 21 de dezembro de 2004, e as imagens foram registradas pela TV Senado. A foto ao lado, publicada em 9 de dezembro de 2005 no Jornal do Senado, registrou missa em ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos e confraternização de Natal no Salão Negro do Congresso Nacional. Em 13 de setembro de 2006, o jornal noticiou que o senador Efraim Morais "comunicou ter apresentado projeto que cria a gratificação de Natal do programa Bolsa Família". O Autores e Livros, da Rádio Senado, apresentou em 13 de dezembro de 2007 auto de Natal adaptado à realidade brasileira do século 20 e intitulado O Natal dos meninos, do escritor mineiro Ronald Claver.

Coluna produzida pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papató Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Promessas para o Ano-Novo

Para muita gente, já é tradição: fim de ano é tempo de fazer um balanço e planejar o futuro. A proximidade de um novo ano reforça esperanças de renovação e estimula projetos de curto, médio e longo prazos: parar de fumar, emagrecer, se exercitar, estudar, economizar, mudar de emprego.

Esta edição do *Especial Cidadania*, que comemora a chegada ao número 200, apresenta uma lista de medidas, baseada nos melhores momentos das edições anteriores, que podem constar de seus propósitos para fazer de 2008 um ano ainda melhor. Feliz Ano-Novo!

Sua saúde

- ✓ Quando foi a última vez que você foi ao médico? É preciso ir pelo menos uma vez ao ano e fazer os exames recomendados para sua idade e sexo. Veja as edições 170 e 171, de 21 e 28/5/2007.
- ✓ Seu cartão de vacinação está em dia? Lembre-se que adultos também têm vacinas a tomar. É preciso ir a um posto de vacinação levando o cartão e conferir quais vacinas são necessárias.
- ✓ Como está sua alimentação? Equilibre açúcares, gorduras, proteínas, vitaminas, sais minerais, água e fibras em 2008. Só a variedade pode garantir uma boa dieta. Não passe fome: faça seis refeições por dia, a cada três horas.
- ✓ Que tal parar de fumar? É difícil, mas já existem métodos e medicamentos que

ajudam muito. Para tratamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), telefone para o Disque Pare de Fumar - 0800 703-7033. Saiba mais na edição 32, de 31/5/2004.

- ✓ O consumo de álcool começa a fazer mal à sua saúde ou a incomodar as pessoas à sua volta? Telefone para o SUS (0800 61-1997) e descubra qual o centro de tratamento mais próximo da sua casa ou ligue para a central de atendimento dos Alcoólicos Anônimos e pergunte onde funciona

o grupo mais próximo - (11) 3315-9333 ou www.alcoolicosanonimos.org.br. Mais informações sobre alcoolismo na edição 36, de 28/6/2004.

- ✓ Você e sua família têm plano de saúde? Não seria o caso de fazer um em 2008? Saiba mais na edição 89 (5/9/2005).
- ✓ E o seu peso? Calcule seu IMC e confira se é necessário procurar um médico para atacar logo esse problema.
- ✓ Já pensou numa rotina mais prazerosa, para diminuir o estresse? Faça



uma lista das atividades de lazer ao seu alcance e planeje como tornar o dia-a-dia mais leve.

- ✓ Finalmente, tem feito exercícios físicos regularmente? Consulte um médico, escolha uma atividade de que você goste e comece já.

O peso ideal

$$IMC = \frac{\text{Peso em kg}}{(\text{Altura em m})^2}$$



Sua família



- ✓ Você definiu como vai acompanhar a vida escolar do seu filho em 2008? Mais diálogo e parceria com o professor são fundamentais, segundo os especialistas em educação. Saiba mais lendo as edições 180, 181 e 182, de 6, 13 e 20/8/2007.
- ✓ Definir com o seu filho uma rotina prazerosa que ocupe a maior parte do tempo livre dele diminui os riscos de uso de drogas e de gravidez na adolescência. Saiba mais nas edições 126, 127 e 128, de 12, 19 e 26/6/2006, e 194 e 195, de 12 e 19/11/2007.
- ✓ E o seguro de vida? Saiba mais sobre seguros lendo a edição 141, de 25/9/2006.

Seu trabalho

- ✓ Já pensou nos seus projetos profissionais para 2008? Se você é jovem e está escolhendo uma profissão, vale a pena ler a edição 173, de 11/6/2007.
- ✓ Pretende sair do emprego atual e procurar outro? Comece calculando seu salário anual, somando os 12 salários mensais, mais o 13º, abono de férias (1/3 do salário mensal), FGTS e todos os benefícios (transporte, bônus, participação nos lucros, uniforme, alimentação, plano de saúde e odontológico, seguro de vida etc.). Uma proposta de emprego pode ser considerada financeiramente boa se oferecer um aumento de pelo menos 20% sobre o salário total recebido hoje.
- ✓ Está desempregado? A hora não é para desânimo. Segundo os especialistas, atitude positiva nesse momento é fundamental. Saiba como requerer o seguro-desemprego, procurar um novo posto de trabalho e fazer um currículo lendo as edições 174, 175 de 18 e 22/6 e 176 de 2/7/2007.
- ✓ No trabalho, garantem os estudiosos, a regra número um é não ficar parado. É

preciso desenvolver uma boa rede de relacionamentos, estudar sempre e manter-se informado sobre o que acontece no seu ramo de atividade, no Brasil e no mundo. Programe-se para fazer treinamentos e leia freqüentemente jornais e revistas.

- ✓ Outra medida importante é avaliar seu ambiente de trabalho. Qual é a dinâmica da empresa e da sua equipe? Você poderia contribuir para melhorar o ambiente e o seu próprio nível de estresse mudando algumas atitudes? O consultor Max Gehring costuma dar excelentes dicas sobre o assunto no endereço eletrônico cbn.globoradio.globo.com/cbn/comentarios/max.asp.
- ✓ Quer partir para um



negócio próprio? Quem obteve sucesso tem um bom conselho: abrir uma empresa deve ser mais do que querer uma alternativa para o desemprego, o baixo salário ou a insatisfação no trabalho. Esse é um projeto que exige o mais cuidadoso planejamento. Saiba como nas edições 166, 167 e 168, de 23 e 30/4 e 7/5/2007.

Suas finanças



- ✓ Um orçamento organizado é meio caminho para realizar seus sonhos. Calcule as despesas mensais e anuais, seu patrimônio e suas dívidas e coloque no papel como serão os próximos 12 meses.
- ✓ Livre-se das dívidas em 2008, fuja dos juros altos e economize para gastar bem. Planeje com a família as economias a serem feitas. As edições 74 e 75, de 23 e 30/5/2005, 90 de 12/9/2005 e 112 de 6/3/2006 podem ajudar.
- ✓ Converse com seu cônjuge, faça projetos e comece a poupar. Para mais orientações, consulte as edições 190, 191, 192 e 193 de 15, 22 e 29/10 e 5/11/2007.

Sua casa

- ✓ Este pode ser um bom momento também para planejar a compra da casa própria. Confira nas edições 163 e 164, de 2 e 9/4/2007, os cuidados para comprar e/ou financiar.
- ✓ É bom fazer uma boa revisão das instalações elétrica e hidráulica. Alguns cuidados importantes:
 - consulte um engenheiro ou um bom electricista para saber o que é necessário para proteger sua casa;
 - lembre-se de que você tem direito a ressarcimento da companhia de eletricidade se, por uma variação da tensão na rede, qualquer aparelho ou instalação for danificada;
 - contrate um bom encanador para revisar a instalação hidráulica;

- coloque peneiras nos ralos de pias e tanques. Limpe e desinfete as caixas de gordura, ralos e canos de esgoto.

- ✓ Se você mora em casa: contrate um profissional qualificado para verificar se as telhas estão íntegras, bem colocadas e presas.
- ✓ Considere fazer um projeto para aproveitar a água da chuva e a da máquina de lavar roupas na limpeza e para molhar plantas - isso pode significar uma boa economia na conta



de água (edição 90, de 12/9/2005).

- ✓ E o seguro? Além de incêndio, raio e explosão, já é possível obter indenização em caso de roubo e de danos a eletrodomésticos, por exemplo. Outros serviços, como assistência 24 horas em caso de problema elétrico ou hidráulico já são comuns.
- ✓ Não esqueça do carro: uma boa revisão e um bom seguro são essenciais para evitar contratemplos. Veja mais na edição 143, de 9/10/2006.

Saiba mais

As edições mencionadas podem ser acessadas e impressas no endereço www.senado.gov.br/comunica/agencia/cidadania/index.htm

